

VOL. 1 — SÉRIE 2

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. do Salitre, 55, 3.º, Lisboa
ASSINATURA POR SÉRIE: Continente, 60 cent.; colónias, 70 cent.

PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL

PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR, ANTONIO SERGIO

Orgão da Liga de Acção Nacional

N.º 7



SUMARIO

A SITUAÇÃO POLITICA: *A função do politico e a politica nacional*, por Antonio Sergio. A SITUAÇÃO ECONOMICA: *Falencia; Remedios da crise economica; a valorização da agricultura*, por Ezequiel de Campos. A SITUAÇÃO SOCIAL: *Subsidios para uma Constituição economica; remodelação do imposto predial rustico*, por Ezequiel de Campos. COMENTARIOS: *Ideas e Factos*, por E. C., A. C., e A. S.

PORTO

NA OFICINA DA RENASCENÇA PORTUGUESA

1919

VOL. I - SÉRIE 2

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO, N.º 7, 1919, 112 pp.

PELA GREEI

REVISTA PARA O RESURGIMENTO NACIONAL.

PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSISTENTE

Director, ANTONIO SÉRGIO

Órgão da Liga de Acção Nacional

N.º 7

SUMARIO

A situação política. A situação do político e a politica nacional.
por Antonio Sérgio. A situação económica. Potências. Renda.
dos da crise económica; a valorização da agricultura. por
Eduardo de Campos. A situação social. Subsídios para uma
Condição económica; remodelação do imposto predial. res-
ta, por Eduardo de Campos. COMENTÁRIOS: Ideias e Factos.
por E. C. de A. S.

PORTO

NA OFFICINA DA RENASCENÇA PORTUGUESA

1919

Oferta
-0. MAR. 1999

PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR ANTONIO SERGIO	N.º 7 1.º ANO — 1919	SECRETARIO A. REIS MACHADO
----------------------------	-------------------------	-------------------------------

EDITORIA: Liga de Acção Nacional
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa
COMP. E IMP. NA TIPOG. DA RENASCENÇA PORTUGUESA, R. Martires da Liberdade, 178—Pôrto



A SITUAÇÃO POLITICA

A função do politico e a politica nacional

O interesse geral não é a soma dos interesses particulares, que são muitas vezes antagonicos; deriva antes da sua coordenação, da sua compensação, do seu equilibrio. O tecnico, o especialista, é autoridade no que respeita aos interesses particulares da sua profissão, mas não está, por via de regra, habituado a encarar todas as questões á luz do bem da comunidade. De aí a necessidade do politico, e a razão de ser de uma politica.

Sobre a função do politico parece-nos conveniente notar o seguinte:

Primeiro. A acção do tecnico e a do politico não se apresentam, por assim dizer, em linha recta, mas numa curva fechada: ha acção e reacção constante entre o especialista e o politico. A criação de uma doutrina dos interesses gerais requiere o concurso dos dois elementos: do tecnico, para determinar os objectivos concretos de administração; do politico, para lhes fixar as condições politicas de exequibilidade, desde o trabalho de propaganda activa até á realização das reformas pelas instituições correspondentes. Mas a

própria realização, por sua vez, exige também os dois factores: o politico, coordenador da faina dos especialistas e intermediario entre eles e a opinião publica; o especialista, conhecedor dos pormenores administrativos e das tecnicas de execução. Se é o politico que, inspirado no tecnico, realiza a propaganda, é ele proprio que cria a opinião a que ha-de obedecer; mas exijamos que essa opinião seja assente em bases solidas, e no estudo, por parte do politico, do pensamento dos competentes.

Segundo. Como tivemos ocasião de dizer no primeiro caderno desta revista (*Da opinião publica e da competencia em Democracia*, pag. 51) o dominio exclusivo dos tecnicos não é a solução ideal dos problemas administrativos. Os dotes de acção e o espirito de organização e coordenação dizem respeito a uma capacidade geral que não é criada pelos diplomas e pelos estudos: é essa a qualidade fundamental do politico, a sua especial competencia. Um ministro do comercio ou um ministro da instrução, por exemplo, não teem de ser um excelente comerciante ou um excelente pedagogista: mas devem juntar á sua capacidade politica o conhecimento das necessidades gerais do comercio ou da instrução publica no seu país, e estar em contacto intelectual com os tecnicos correspondentes.

Terceiro. Se a opinião publica ha-de agir sobre o governo, e este sobre os tecnicos, cumpre que os estudiosos actuem o mais possivel sobre o publico, para que haja o maximo de competencia possivel nas reclamações da opinião publica. De todas as formas se vai ter, portanto, á necessidade de uma elite *activa*¹, propagandista, como condição primordial para a existencia da Democracia. Um dos maiores perigos para a Democracia é a falta de contacto entre a opinião e os competentes; por outras palavras: a Democracia é o regime que reclama da elite o maximo esforço social.

Se pretendermos agora examinar a situação portuguesa, neste momento preciso que atravessamos, á luz das considerações que acabámos de expor, deveremos partir, ao que nos parece, do seguinte facto:

Entre as forças que procuram intervir na sociedade portuguesa, uma só apresenta hoje condições de se poder preparar desde já para uma obra construtiva—verdadeira e imediatamente constru-

¹ A falta de uma elite organizada continua sendo para nós o aspecto mais grave do problema portugês. Lembramos ao leitor o que dissemos no caderno n.º 4, pag. 196: «*Teremos elites?* A esta interrogação se chega sempre, por todos os caminhos, depois de vaguear em qualquer sentido pelas misérias portugesas.»

tiva: as que afirmam (melhor ou peor, com mais ou menos consciencia) o ideal da democracia republicana. Neste sentido se deve dizer que a salvação da comunidade, agora, está na consolidação da Republica. A esta conclusão nos parece deverem chegar—confessem-no ou não publicamente—os espiritos a quem não cegam preconceitos, ou preocupações de classe ou de partido. A verdadeira consolidação da Republica, *numa systematica obra de administração e de reforma*, de fomento das forças produtoras e de melhoria das condições de vida, é a solução mais favoravel aos interesses de toda a Grei, e a que devemos desejar como beneficio immediato, desde os conservadores de bom senso aos revolucionarios pre-videntes ¹.

A verdadeira consolidação da Republica, pois, por uma systematica tentativa de administração e de reforma. Nada mais proprio a lançar um homem num auge de desespero do que ver os mentores republicanos, logo depois da revolução monarchica, reduzirem a consolidação da Republica á separação dos funcionarios. Homens de responsabilidade intelectual pela posição que ocupavam só apontaram esse caminho, e pessoa alguma entre os politicos appareceu a indicar, a reclamar sequer, um plano coordenado de reformas sobre as mais urgentes necessidades do povo portuguez. Se não conseguirem compenetrar-se da necessidade de tal obra as forças republicanas suicidam-se, levando a sociedade ás maiores miserias, obrigando os homens de boa vontade a optar entre a inercia e o protesto, e transformando-os assim, de possiveis forças construtivas, em novos elementos de desorganização.

Em resumo, pois, as condições politicas actuais de uma obra construtiva parecem ser as seguintes:

Coordenação das forças republicanas para um ideal de consolidação da Republica;

Essa consolidação buscada como resultado de uma verdadeira politica, de uma doutrina dos interesses gerais e das reformas necessarias, capaz de manter todas as classes numa concorrência

¹ O interesse do sindicalismo, por ex., é que o capitalismo realize no nosso país, sob uma politica de interesses nacionais, aquilo que realizou nas nações adiantadas, quer dizer, uma forte estrutura economica produtiva; o sindicalismo consciente apresenta-se como o herdeiro, o continuador, o admirador do capitalismo, e a ele reconhecido, não só pelas capacidades de produção que criou, mas tambem pelos habitos de disciplina que infundiu á humanidade. Imbuído de uma sã psicologia pessimista, de um culto pelo racional constrangimento, o que o verdadeiro sindicalismo não deve suportar no anarquista é o seu instintivo horror á disciplina do trabalho, e o que ele deseja tomar do capitalismo é a sua capacidade de produção e de disciplina. Uma politica republicana com fortalecimento da nossa estrutura economica é a condição da existencia de um verdadeiro sindicalismo em Portugal.

ordeira e progressiva, com a maior melhoria possível das condições de vida em Portugal;

A politica nacional determinada pela colaboração do tecnico e do politico, do homem de estudo e do homem de acção;

Obtenção dos elementos financeiros e do pessoal tecnico executivo para a realização da obra de fomento.

Em resumo, urge criar uma doutrina republicana *positiva* nos dominios da educação e da economia, obliterando o negativismo com que se formou a Republica, e organizar fortemente as energias republicanas para a execução ordeira dessa doutrina. Mais do que nunca, portanto, é necessaria a função do politico, entendendo por politico o homem de acção coordenador dos interesses particulares em beneficio do interesse comum, quer dizer, o executante de uma politica nacional.

2 de Abril de 1919.

ANTONIO SERGIO.

A SITUAÇÃO ECONOMICA

Falencia

III—REMÉDIOS DA CRISE ECONÓMICA

II—A VALORISAÇÃO DA AGRICULTURA:

A AGRICULTURA MINHOTA

1.º—A ORGANISAÇÃO DA CASA AGRICOLA DO MINHO

(Continuado da pag. 289)

Exploração cerealifera-pecuaria:

A area da casa agricola no Minho regula entre 4 e 12 hectares de lavradio, de que um quarto a metade de regadio; anexo ás terras de lavoura ha o bravio, de que a maxima parte com pinheiral e tojo, n'uma superficie muito variavel — de um quarto, até quatro ou mais vezes a area lavradia.

Ha casas de menos de 4 hectares lavratorios, e apezar d'isso capazes de sustentar as familias que as cultivam, sem mais nenhum mister; como ha casas de 14 e mais hectares; mas, sendo muito frequentes as casas de area inferior a 8 hectares de lavradio, são raras as de 20 hectares ou mais.

Consideremos uma casa de lavoura de 10 hectares de lavradio, de que metade regavel, sita nas veigas do Minho, terra do vinho verde, e composta de campos de um quarto a 3 hectares, isto é, todos charruaveis, tendo tambem o seu lameiro de um quarto de hectare, por ex.; sem nos importarmos quanto ela tem de bravio: supomos que este é bastante para dar o tojo até agora tido como suficiente para os estrumes. E suponhamos que, pelo afastamento da vila, não convem a exploração do leite para a venda em genero, mas somente a cultura cerealifera com a criação e engorda dos bovinos como receitas principaes.

Nas circumstancias tradicionaes esta casa de lavoura cultiva menos de um hectare de centeio, e tambem, quando muito, um hectare de trigo, se ela estiver nos concelhos do litoral do Porto a Viana do Castelo; poderá não cultivar nenhum trigo, se estiver em alguns concelhos do interior do Minho.—O resto da terra é lavrada anualmente para milho, que é a cultura predominante.

Imaginemos que se passa a adoptar as seguintes rotações de culturas:

na terra regadia:— 1.º ano **Trigo** e Milho restivo * 2.º ano Erva e **Milho**;

na terra de sequeiro:— 1.º ano, Erva e **Milho** * 2.º ano, **Trigo** (ou Centeio, ou Cevada, ou Aveia) * 3.º ano Nabal e Erva (ou só Erva) e **Milho**; com as variantes de Batata ou Feijão em vez do Milho, e um trecho intercalado de Linho; podendo empregar-se em campo adequado o afolhamento: 1.º ano Erva e **Milho** * 2.º ano **Cevada** e Milho restivo.

Para isto divide-se a terra de regadio ao meio, em duas *folhas*, semeando-se n'uma das metades n'um ano trigo, que ocupará a terra de out. ou novembro até ao fim de junho seguinte, e por entre o trigo, ou logo depois do trigo, milho com feijão frade, que ocuparão a terra de junho até novembro; enquanto a outra metade da terra regadia, a outra *folha*, será semeada de erva por entre, ou logo depois de ter retirado o milho restivo, erva que ocupará a terra até abril-maio, semeando-se então milho temporão que ocupará a folha até setembro-outubro, em que vem o trigo para a terra d'esta folha.— Cada metade da terra regadia tem o trigo como cultura principal n'um ano; e o milho no ano imediato, alternadamente.

A terra de sequeiro divide-se em 3 folhas, e uma parte d'ela só em duas. Em cada uma das folhas do 1.º grupo cultiva-se o trigo, ou cereal semelhante, de tres em tres anos; em cada folha do 2.º grupo cultiva-se milho todos os anos, alternando o temporão com o restivo, cultivando-se tambem no ano d'este primeiramente a cevada¹.

Posto isto, que está dentro das possibilidades climatericas e agricolas, comparemos os dois sistemas de exploração, supondo que nos dois sistemas é igual a produção cerealifera por hectare, e que nas praticas usuas não se cultiva o trigo na região.

Casa de lavoura 10 hectares; Regadio 5 hect.; Sequeiro 5 hect.

Segundo as praticas usuas:

	Area	PRODUÇÃO	
		Por hectare Hectol.	Carros de 700 l.
Milho de regadio	5,0 hectar.	26	18,5
» » sequeiro	4,2 »	16	9,6
Area de milho	9,2 hectar.		28,1
Centeio.	0,8 »	18	2,0
Sementeira total	10,0 hectar.	Cereal : .	30,1

¹ Para maior desenvolvimento v. *Leivas da Minha Terra*, 1.ª parte.

Com os afolhamentos propostos:

	Area	PRODUÇÃO	
		Por hectare Hectol.	Carros de 700 l.
Milho temp. regadio . . .	2,50 hectar.	26	9,3
» » sequeiro . . .	3,33 »	16	7,6
» restivo regad. . . .	2,50 »	13	4,6
Area de milho	8,33 hectar.		21,5
Centeio	0,80 »	18	2,0
Trigo	3,36 »	23	11,0
Sementeira total	12,50 hectar.	Cereal . .	34,5

Com os preços de 1\$10 o alqueire de milho, ou 44\$00 o carro; 1\$20 o de centeio, ou 48\$00 o carro, e 1\$80 o alq. de trigo, ou 72\$00 o carro, preços muito baixos para as circunstancias actuaes, mas que manterão relações provaveis quando tendermos para a normalidade, temos:

VALOR DOS CEREAES

<i>Segundo as praticas usuas</i>				<i>Segundo os afolhamentos</i>			
	Carros				Carros		
Milho.	28,1	1.236\$40	Milho.	21,5	946\$00
Centeio	2,0	96\$00	Centeio	2,0	96\$00
			1.332\$40	Trigo.	11,0	792\$00
							1.834\$00

Diferença de valor nos cereaes a favor dos afolhamentos: 501\$60, ou seja augmento de *quasi metade do valor dos cereaes colhidos pelas praticas usuas*.

A colheita do feijão em pouco é desvalorizada: porque só ha o desfavor de se cultivar feijão frade nos 2,5 hectares de milho restivo (um quarto da area total), o qual não raro poderá compensar com o augmento de produção a diferença do seu valor por unidade.

*

Avaliemos a diferença no rendimento pecuario.

Pelas praticas usuas fica uma parte grande do terreno a paúl no inverno: semear-se-ha cerca de 1 hectare de ferrão; quando

muito 1,5 hectare¹; e algum azevem na terra de clima. A maxima terra fica ao enrelvamento natural, do outomno até á primavera.

Pode-se sem nenhum obstaculo, seguindo aqueles afolhamentos, ter cada ano:

Na terra regadia 2,5 hectares de erva: ferrã, azevem, serradela, etc.; na terra de sequeiro 2,00 hectares de ferrã; 1,33 de serradela e trevo; 0,80 de nabal e erva.

Ficando ainda 0,86 hectare disponivel. Isto é, pode-se obter ao todo 4,5 hectares de ferrã e azevem, 2,13 hectares de erva diversa (serradela, trevo, aveia, etc.) e 0,80 hectares de nabal; o que pelo menos dobrará a massa forraginosa produzida normalmente no inverno e na primavera; triplicará, quadruplicará em muitos casos². É note-se que a quantidade de palha milha é, nos dois sistemas, quasi a mesma: terá a redução de $\frac{1}{8}$ a $\frac{1}{10}$ nos afolhamentos, quanto á pratica usual); e acresce a palha triga, valiosa para as palhadas.

Em regime de palhada uma cabeça adulta de gado vacuum não gasta por dia mais ferrã do que a produzida em 10 m. quadrados de terreno, se a erva tiver tido crescimento regular.

Um hectare de ferrã dá, pois, para 30 cabeças bovinas adultas por mez.

Dá-se o caso de a ferrã se desenvolver rapidamente no Minho (e em todo o paiz) no bafo do verão, sendo a 2.ª sega, ou a ferrã da sementeira serodia, muito vagarosa no crescimento. Semeando-se muito cedo, por entre o milho de regadio, ou logo que se colha o milho de sequeiro, obtem-se uma primeira sega de ferrã pelos meados de outubro, mesmo que o ano vá seco; e seria facil, fazendo sementeiras um tanto espaçadas no outomno, obter ferrã de 1.º e 2.º córte até bastante depois do natal (em alguns anos até ao começo de fevereiro) com os 4,5 hectares de ferrã, para 30 cabeças, ainda que algumas juntas estejam na engorda, tanto mais que ha a ajuda do azevem, etc.

¹ A sementeira das alimpaduras dos cereaes para dar erva é uma pratica má, porque espalha muitas ervas daminhas; mais vale semear só sementes boas, muito limpas para a erva. A extirpação das ervas ruins deve ser um cuidado especial da lavoura minhota e de todo o paiz; é uma necessidade primaria da nossa agricultura.

² É natural que alguns agronomos condemnem o enrelvamento pelas ervas cultivadas em substituição do *descanso* invernal (v. *Agros*, 1917, p. 168); e no entanto será essa a melhor maneira de aproveitar a fertilidade da terra, porque as ervas cultivadas absorverão mais prompta e completaente os elementos de produção que a chuva pesada do inverno arrastaria para as camadas profundas do sub-solo, em perda do solo. Estas ervas entrando na alimentação do gado e formando assim estrume com as camas, restituirão, pela passagem ou não pela montureira, *mas sempre pela boa utilização dos estrumes*, ao solo mais elementos de produção do que lhe tiraram, e *augmentarão* a productividade da terra.

A abundancia de erva muito temporã permite engordar mais cedo que o costume algumas cabeças, que se pagarão bem, justamente por o mercado estar pelo natal, em regra, escasso de carne.

Depois a erva do nabal, os nabos e as primeiras segas de azevem, com a silagem e as palhas, manteriam pelo menos o dobro do gado habitual, engordando tambem algumas juntas, até á abundancia de forragens na primavera.

Começando a aquecer o tempo, pode-se fazer segunda sementeira de ferrã no chão que deu o primeiro corte outomniço, afogando por março e abril a erva em todos os campos. O silo guardará a que o gado não consumir sem desperdicio. Que vem logo outra quadra critica de alimento nos campos para o gado, quando se lavra a terra para o milho.

No regime habitual de só se guardar as palhas de milho, de trigo e dos cereaes similares, e contar com a erva do terreno, sem provisões d'esta em casa, quer em feno quer em silagem, não se pode conseguir nem uma ração constantemente bem equilibrada, nem uma ração convenientemente abundante por todo o ano. Sendo as ervagens o que mais facilmente se pode obter no Minho, por este ser chuvoso e temperado de frio no inverno e na primavera, convem estudar e praticar a maneira de as produzir em escala maxima e *de as conservar*, para com elas preparar alimento normal nas quadras de escassez de verdura. O silo resolverá o problema: é para o verde do gado como o celeiro de cereaes para o homem.

O prado de lima dará na primavera, depois de lavradas as terras temporãs para o milho, um contingente apreciavel de verdura; um talhão de milho verde, em terra soalheira e regavel, vem logo a seguir, com a erva das assomas e regueiras e o milho de monda, acudir á crise de verdura no começo do verão; e para o começo do outomno alguma beterraba forraginosa completa os recursos de alimento sucoso para o gado. Mas será o silo que proverá d'este em todas as quadras criticas, especialmente depois das sementeiras primaris.

Ha no Minho o costume de guardar quasi toda a palha milha em medas, ao tempo. Mostra a analyse quimica que, no geral, cerca de 40 por cento do valor alimentar total do milheiro está no caule abaixo da espiga: ora o valor alimentar de quasi todos os sucos d'esta parte e do resto do milheiro perde-se na cura; e depois o gado, a não ser que tenha muita fome, calca no estrume cerca de metade dos talos. Por isso, e tambem porque em regra é muito difficil de curar a palha do milho restivo pelas chuvas do outouno, ha uma perda muito grande do valor alimentar da palha milha.—Re-

giões ha até, como na beira Douro entre Melres e Castelo de Paiva, em que se desperdiça quasi todos os talos do milho; e como estes são muito altos, perde-se assim quasi metade, se não mais, da totalidade da palha milha, que tão bem podia ser guardada no silo.

Acresce como vantagem importante á silagem sobre a palha milha, a redução enorme de volume: a palha milha ocupa 13 vezes ou mais no coberto em volume que em silagem occuparia no silo; e dentro d'este não corre o risco de incendio—o que é importantissimo. E podem passar os mezes sem que ela se estrague no silo, havendo o cuidado de ir gastando a silagem ou de a proteger.

Na casa de lavoura considerada, todos os anos haverá: uma folha de 2,5 hectares de milho temporão de regadio, que a 15 ton. por hectare poderá dar 37,5 ton. de silagem; 3,33 hectares de milho temporão de sequeiro que poderá dar a 12 ton., ou 40,0 ton. de silagem; e 2,5 hectares de milho restivo que a 8 ton. poderá dar 20 ton.: haverá assim ao todo 97,5 ton. de silagem de milho por ano. Que sejam só 80 toneladas contando com um rendimento pequeno, á falta de dados numericos da pratica regional que não ha, ou, se ha, não conheço.

Uma cabeça de gado vacum poderá comer em regime misto de palhada e silagem cerca de 450 a 600 quilogramas de silagem por mez: as 80 ton. de silagem dariam para 20 cabeças por 6 mezes e meio, isto é para bem mais do que todo o tempo critico de ervagens.

As ervas de sobra na primavera, e uma folha de milho ou de sorgo nos restivos regados, a arrecadar no fim do outomno, podiam fornecer mais um bom contingente de silagem, alimento para mais um mez ou dois.

Assim um silo de 3,80 de diametro e 6 ou 7 metros de altura, de que uma parte podia bem ser subterranea, bastará para guardar toda a silagem da casa de lavoura considerada.

Nota-se bem como o alargamento da cultura do trigo e dos cereaes similares seria util á pecuaria do Minho, por assim se obter palhas que viriam equilibrar as rações, de modo a ficar correcta a superabundancia de verdura no inverno e na primavera.

Pelas praticas usuaes não haverá, em regra, mais de 1,0 cabeça de gado vacum adulto por hectare lavradio das casas de lavoura do Minho: parece até, pelo que conheço, muito pouco provavel que haja permanentemente esta media geral minhota de 1 cabeça de gado vacum adulta por hectare lavradio. Ora sem nenhuma dificuldade pode-se conseguir 1,5 cabeça por hectare. Com algum cuidado na fertilisação e rega dos campos e recorrendo-se á

silagem e a um pouco de beterraba e de sorgo, pode-se obter 2,0 cabeças de gado vacum adulto, ou equivalente, por hectare e por todo o ano.

Agora é incerta toda a expressão monetaria d'estas previsões.

Supondo que a casa de lavoura de 10 hectares araveis tinha 4 juntas pela pratica usual, poderá por outro sistema de exploração vir a ter as mesmas 4 juntas de bois mais 3 juntas de vacas de criação; manterá estas todo o ano; engordará os bois, e fará venda de gado novo conforme a melhor conveniencia, revelada pelos mercados visinhos:

RECEITA DE GADO

<i>Pelas praticas usuaes:</i> 3 juntas de bois gordos por ano	
a 15 moedas de lucro	720\$00
<i>Por praticas mais rendosas:</i> 3 juntas de bois gordos	
por ano a 15 moedas de lucro.	720\$00
mais 6 vitelas de 12 mezes a 70\$00	420\$00

Não contamos o aproveitamento do leite das 6 vacas para manteiga ou queijo—receita muito valiosa—nem a engorda ou a criação de suinos com a ajuda dos restos do leite, nem o augmento das aves de capoeira pelo augmento das alimpaduras dos cereaes e pela utilização de verduras e de alguns restos da exploração do leite.

A receita bruta, por simples mudança de sistema agricola, dentro das praticas regionaes, e pela adopção de um afolhamento muito simples, teria um *augmento de cerca de metade da usual*. E mostraremos que a receita liquida deve acompanhar em augmento, e até ultrapassar, a receita bruta, pela economia que traz o emprego de processos de cultivo mais rendosos.

Ainda que a casa de lavoura tomada como tipo cultive já, por uso regional, o seu trecho de trigo todos os anos, não o cultivará provavelmente em tanta superficie como supozemos, nem o cultivará em afolhamento sistematico: por isso viria saliente o lucro de mudar de rotina cerealifera (v. *Leivas da minha Terra*, p. 50 e seg.).

O augmento do lucro bruto e liquidó nas casas de lavoura menores e nas maiores que a considerada, em exploração cerealifera-pecuaria, deve ser sensivelmente proporcional á area respectiva, em paridade de qualidade das terras. Claro que a arithmetica e o sistema de rotações e afolhamentos apresentados só podem ser tomados como d'um caso edeal: varia a percentagem de terra regadia, é variavel a adaptação de cada campo ou leira a cada cultura, e por isso, e

tambem pelas circunstancias dos mercados, pode convir empregar em maior ou menor percentagem de area cada uma das rotações, tendo por consequencia uma solução propria e só determinavel pelas suas qualidades especificas, o afolhamento de cada casa de lavoura.

*

Um assumpto que merece mais estudo e deve dar maior proveito é o das fontes secundarias de receita que tão descuradas são no Minho.

Um das d'elas é a creação de gado novo e o leite. A maxima parte das casas de lavoura minhotas só tem o gado para trabalho e engorda, e não de creação. As regiões arouqueza e de Barroso, ou então a Galiza, dão a maioria do gado novo que o Minho explora em trabalho e ceva. No exemplo de casa agricola tipo vimos como a receita do gado novo pode correr parelhas com a do gado de ceva ¹.

Alem d'este lucro individual ha o proveito nacional: pois se Portugal crear todo o gado de trabalho e de engorda, escusará de pagar á Galiza o quantioso tributo do costume; certo como é que antes da guerra a Espanha que creava os novilhos colhia maior lucro por junta do que o Noroeste portuguez que engordava os bois.

Aumentando a massa forraginosa das casas agricolas do Minho pelo emprego judicioso de melhores rotações de culturas e pela adopção dos silos, convirá muitissimo orientar, no geral, a exploração pecuaria que acompanha a cultura cerealifera tambem para a creação, deixando o exclusivismo da ceva.

A carne de vaca continúa a subir de preço. O motivo final da falta de gado bovino é não haver previsão alimentar—a conservação de todos os excedentes do consumo diario de forragens para as quadras de escassez—o que leva a cercear o numero de cabeças permanentes, e a não praticar a creação, tendo-se de recorrer á compra fóra da região das cabeças de gado para o trabalho e para a ceva, e a abater muitas vitelas que de outra fórmula, com alimento bastante, seriam mantidas até rezes adultas, augmentando muitissimo a riqueza pecuaria do paiz.

Todas as raças do Noroeste tem familias boas leiteiras; tanto a galega, como a barroza, como a arouqueza podem dar por vaca 12

¹ Diz-se até no Minho litoral: «se te vires em aflicção amarra-te á creação» querendo referir que no gado creado em casa deve estar a salvação da lavoura que vae a decair.

litros e mais diários. Urge, pois, seleccionar o gado do Noroeste para se colher o melhor lucro. As vacas d'estas tres raças trabalham todas muito bem; podem subsituir os bois na maxima parte, para não dizer em todos os trabalhos, e pelo leite e pelas crias darão um rendimento importante.

Creio que tem sido um grande erro agricola ter-se vulgarizado tanto as vacas turinas pelo litoral minhoto e da Beira, porque raro se vê animaes perfeitos d'esta raça entre tanto gado ordinarissimo, que nem dá trabalho regular, nem carne boa. A raça galega tão mansa, tão precoce no desenvolvimento e tão boa para o trabalho e, para a ceva, quasi desapareceu do litoral minhoto, vencida pela turina e pela barrozã que não lhe levam vantagens.

A arouqueza, bellissima serraña que tanto dá trabalho como leite, como carne, devia espalhar-se pelo Minho montanhoso em concorrência á barrozã. Em suma, a lavoura do Minho devia cuidar do aperfeiçoamento do gado do Noroeste na funcção do trabalho, da carne e do leite, o que está provado não é antagonico e é mais vantajoso do que vulgarisar sem criterio a turina.

Mesmo nas regiões mais afastadas dos mercados e onde as casas agricolas são minusculas, é muito viavel o aproveitamento de todo o leite em manteiga e criação de suinos¹: basta um pouco de associação para se comprar uma centrifuga e os restantes preparos do fabrico. E pode-se aproveitar o dinheiro de muito leite, sem prejudicar as vitelas.

Só por uma ignorancia extrema se explica a falta de manteiga de vaca no mercado do Minho e a sua enorme carestia.

Na casa de lavoura considerada poder-se-ia fazer na manteiga do leite de cada vaca 30 a 45\$00, o que daria um acrescimo de receita anual de 180 a 270\$00 de manteiga. E se as vacas forem boas leiteiras, poderá ser bem maior a receita, sem cercear nenhuma das outras.

Tambem não se tem cuidado nos ultimos anos, em que o milho atíngiu preços muito elevados, de estudar a maneira de crear e engordar os suinos com o minimo de milho, de fórmula a abastecer o Minho de carne de porco mais barata. E no entretanto desperdiça-se muito bágao de azeitona, que se queima nos lagares e se lança ao estrume; como se perde muita grainha de bágao de

¹ Poucas horas antes de escrever estas linhas ouvia da boca d'um lavrador da beira-Douro que não aproveitava o leite das suas vacas serranas, apesar de cada uma d'elas chegar a dar por dia um cantaro... Se o leite as incomodava, tirava-o e dava-o aos porcos, depois de gastar com a sua gente o que fosse preciso.

vinho, ambos recursos valiosos na criação e engorda dos porcos ¹. A luzerna não encontra nem terra e clima muito apropriados, nem rotação conveniente para ser cultivada no Minho; mas os trevos podiam dar, com a beterraba, muito alimento para os suinos em crescimento, n'uma economia grande do milho. Recorrendo-se ás ervas, especialmente ás leguminosas, pode-se crear, e afinal engordar, muitos mais suinos do que hoje, em proveito da lavoura minhota, e sem prejudicar em nada a capacidade de criação e ceva do gado vacum.

As aves de capoeira tambem poderiam dar maior lucro, cuidando-se no S. Miguel de arrecadar o melhor possivel as alimpaduras dos cereaes, sem os desperdicios d'essa quadra, para uma distribuição regular pelo ano fóra, e tratando-se melhor da alimentação d'aquelas com os recursos da horta e dos prados, especialmente das ervas leguminosas. Os povos scientificos aproveitam, especialmente, n'estes tempos de privações, todos os succedaneos dos alimentos usuaes para manter e augmentar a sua ríqueza; nós com a miseria de generos alimenticios por todo o paiz, de nada d'aquilo cuidamos.

Alem dos lucros que se colhia com o augmento das aves de capoeira, obtinha-se melhor alimentação em casa, especialmente quando se está longe dos mercados.

Agora que o milho anda carissimo e escasso, tem-se vulgarizado a criação dos coelhos; mas, cuidados quasi só dos rapazes, não se tira da criação d'estes animaes senão um proveito insignificante para o que eles, regularmente acomodados e tratados, poderiam dar.

Mesmo que não tivesse subido tanto a lã e a carne, valia tambem a pena desenvolver a criação das ovelhas em boa parte do Minho. O principal cuidado é ter estabulo conveniente para as sujeitar á alimentação no ovil, especialmente nas quadras de inverno e quando os campos estão todos ocupados pelas culturas de verão, como se faria ao gado vacum, não as metendo nos pinheiraes onde não fariam bem ao arvoredado novo, que convem reproduzir e plantar em abundancia (v. *Leivas*, p. 50 e 137, nota).

A receita das ovelhas não será para desprezar; e com facilidade se melhoraria as raças enfezadas e de lã má que vemos pelo Minho. Com a estabulação no tempo proprio, desapareceria tambem a causa da mortalidade por ervas damninhas e pelas intemperies. E a cabra tambem podia, sem nenhum inconveniente, ser creada em maior numero.

¹ Ainda agora, fim de janeiro de 1919, em toda a beira-Douro, de Melres a Mosteiró, se queima e lança ao estrume muito bagoço de azeitona: daria para umas centenas de porcos.

Tambem outra fonte de receita que podia ser muito valiosa e e ao mesmo tempo contribuir para a economia de cereaes panificaveis e de carne, seria a fructa, certo como é que o Minho tem muitos sitios favoraveis ao pomar, e por todo ele se dão as arvores fructiferas mais variadas. Quantos metros quadrados perdidos por toda a parte onde podiam fructificar abençoadamente algumas arvores! E como o engenho dos nossos carpinteiros e serralheiros de aldeia nas horas de vagar se podia aguçar a fazer pequenos secadores de fructa para se aproveitar todos os fructos que se desperdiça e apodrecem sem utilidade, quando secos seriam no inverno um auxilio alimentar importantissimo e saudavel, economisando outros alimentos caros afinal!

Se fossemos a fazer uma avaliação directa, no terreno minhoto, das arvores fructiferas que n'ele podiamos plantar sem prejuizo da horta, nem das videiras, nem dos campos, nem dos pinheirae e matos, ficaríamos assombrados com a riqueza que deixamos de colher anualmente, enquanto estamos famintos de alimento.

E tudo isto somado: gado vacuum de criação, manteiga, suínos, galinhas, coelhos, ovelhas, fructa, se fosse bem explorado, daria um acrescimo de receita muito valioso á agricultura minhota — contribuiria muitissimo para o bem-estar da população regional.

Outra cultura que urge desenvolver em forma industrial é o linho. Por muito tempo o algodão, cada vez mais barato, foi pondo o linho quasi no esquecimento. A carestia do algodão e do linho chamou novamente a atenção para a antiga e saudosa planta dos encantos ruraes minhotos.

Com os progressos que se tem introduzido ultimamente nos trabalhos de preparação do linho depois do arranque, parece que é conveniente deixar á lavoura somente a cultura até esta operação, mais a extracção da semente, e cuidar de organizar a industria do linho no Noroeste de modo que ela faça todo o restante preparo em grandes massas, por processos mecanico-quimicos que dão mais economia, e mais uniforme e melhór fibra, passando a industria tambem a fiar e tecer a maior parte do linho, o que, havendo energia electrica barata, e mesmo sem ela, não obrigará a morrer a fiação e a tecelagem caseira (v. por exemplo *La Nature* de 1918 acerca dos metodos novos de alagar o linho).

A economia nacional lucrará muito se dermos um desenvolvimento grande á cultura e fiação do linho, de modo que este possa voltar ao predomínio sobre o algodão nos usos domesticos, pelo menos emquanto não colhermos das nossas terras colonias algo-

dão e fibras vegetaes suficientes para o nosso abastecimento completo (v. *Pela Grei*, p. 18, 21, 22, 92 e 97).

É facto que, mercê da alta de preços nos ultimos anos, voltou o linho á cultura minhota regular; mas não deve continuar a ser assim, para um simulacro de abastecimento carissimo e trabalhoso, com fraco rendimento no trabalho, mas sim separando de vez a cultura da preparação, fiação e tecelagem industrializadas. Seja como fôr a lavoura cerealifera-pecuaria minhota bem pode colher do linho uma valiosa receita secundaria ¹.

Outra receita secundaria que podia dar ao Minho um grande valor é a resina do pinheiro: tem-se abatido e abatem-se milhares de toneladas de madeira de pinho todos os mezes no Minho, e quasi não se tira resina nenhuma — se alguma se colhe. É um valor enorme que se perde, dado o preço a que chegou a gazolina e a terebentina que entra nos sucedaneos da gazolina para os motores, e a alta do breu.

Urge promover a gemagem dos pinhaes do Minho.

Ha alguns usos e abusos que estorvarão muito a introducção d'esta pratica: mas não se deve perder nma riqueza importantissima pela malvadez e ignorancia d'nma população rotineira, desperdiçada e avessa ao trabalho cerebral.

De menor importancia, mas tambem receita secundaria de valor, seria a utilização em alcool industrial da maior parte das substancias assucaradas e feculentas que se desperdiçam no Minho: fructa que se não seca, nem se aproveita de outra fórmula, batata, beterraba sacarina, medronho, sorgo, etc., certo como é que o alcool industrial poderá movimentar muitos dos nossos trabalhos agricolas mais vantajosamente que o vapor de agua, a gazolina, o petroleo, etc.: deverá ser, com os derivados da resina, a nossa gazolina.

Tem sido um assumpto muito estudado nos povos trabalhadores a maneira de substituir os oleos mineraes e os seus derivados que tanto se empregam nos motores, por substancias baratas de producção de cada paiz; nós poderemos ter abundancia das duas que melhor suprem a gazolina: que são o alcool (capaz de ser produzido em todas as nossas provincias, mas especialmente no Sul pela batata doce e a beterraba sacarina) e a essencia de terebentina e seus derivados ou mistura. — Não faltam alambiques no Minho; e a tecnica do fabrico do alcool industrial é simples.

(Continúa).

EZEQUIEL DE CAMPOS.

¹ Tem-se vendido a mais de 1\$00 o quilograma, apenas espadelado; e a linhaça a mais de 4\$000 os 17 lirros.

A SITUAÇÃO SOCIAL

Subsídios para uma Constituição Económica

a) *Remodelação do Imposto predial rustico*¹:

É sabido que nas matrizes prediaes ha grandes desigualdades e iniquidades: predios do mesmo valor, na mesma freguezia, pagam impostos prediaes muito diversos; e é muito frequente não haver relação justa entre as contribuições de predios de valores diferentes, pelo arbitrio na avaliação do rendimento colectavel. A iniquidade é grande tambem entre os predios de freguezias diferentes e de regiões diferentes. — O imposto predial não é equitativo. Influencias varias que vem da organização das matrizes, e outras das revisões dos valores e dos rendimentos colectaveis, agravam o mal.

O imposto predial rustico não é justo perante o trabalho maior de valorisação da terra: o augmento da producção á custa de canceiras e despezas, que só traz beneficio á Grei, é premiado com o augmento de imposto; e em regra este augmento é desproporcionado ao lucro dos melhoramentos. Assim, comparemos os tres districtos do Minho com dois districtos do Alemtejo; a superficie em culturas arvenses e hortícolas de Beja é maior 7,7 vezes que a correspondente de Viana do Castelo, 4,5 vezes á de Braga, 5,6 vezes á do Porto; e a respectiva de Evora é maior 5,3 vezes que a de Viana do Castelo, 3,1 vezes á de Braga e 3,9 vezes á do Porto. Pois foram estes os rendimentos colectaveis e a liquidação da contribuição predial rustica n'aqueles districtos em 1911:

Rendimento colectavel dos predios rusticos		Liquidação da Contribuição Predial rustica	
Beja	1.266 contos	205 contos	
Evora	1.410 »	299 »	
Viana do Castelo	885 »	182 »	
Braga	1.071 »	289 »	
Porto	1.333 »	197 »	

De 1911 até 1919 deve-se ter mantido a alta do imposto no Minho, e a baixa no do Alemtejo. — Não ha justiça no imposto. E aquelas relações das áreas arvenses são de 1902, quando estava

¹ V.º *Pela Grei*, p. 313.

em começo a grande expansão cerealifera do Sul: a desproporção hoje deve ser maior.

O criterio do obscuro rendimento colectavel é alheio ao entendimento do dono da terra com o rendeiro e o trabalhador agricola na fixação do imposto: não pretende promover o equilibrio da actividade social.

O imposto predial não atende á qualidade das culturas, diferenciando por taxas convenientes a utilização do solo no sentido de promover um equilibrio da produção agricola. Algumas leis tem isentado, ou tentado isentar, e aliviado de imposto a terra da cultura cerealifera; outras procurado sobrecarregar a da vinha, quando em terreno mais proprio para os cereais ou policultura. Mas afinal estas leis tem contribuido apenas para maiores injustiças na tributação, sem favorecerem d'um modo sensivel o augmento e o equilibrio da produção agricola.

O imposto predial tambem não tem promovido a intensificação do cultivo da terra. Especialmente com a fixação do preço do trigo nacional em melhoria ao do estrangeiro pela lei de 1899, arroteou-se muito terreno no Sul do paiz, com o fim da cultura cerealifera, e desenvolveu-se uma notavel actividade agricola, em que colaborára muita gente das Beiras, da Extremadura e do Algarve. A industria nacional das maquinas agricolas lançou milhares de charruas e muitos milhares de relhas no mercado; e importaram-se bastantes debulhadoras a vapor e muitissimas toneladas de adubos. Os politicos, mais homens de partidos do que lavradores e economistas, previam uma superprodução de trigo nacional: «depois é o productor que faz concorrência a si mesmo, e o preço baixa» escrevia Elvino de Brito. Mas não fez em 20 anos de regime duramente proteccionista a mais insignificante concorrência a si mesmo o productor de trigo, porque nunca a colheita de trigo nacional bastou para o gasto da nossa gente. As vantagens de preço concedidas ao trigo de produção nacional, e as isenções de imposto aos arrateios (era de prever) trouxeram-nos a uma penuria actual de trigo bem comparavel á de antes d'esses favores, se não mais dura; e tal penuria seria quasi a mesma, se não tivesse vindo a guerra ¹. É de esperar que, não havendo a acção de nenhum factor que perturbe a evolução da lavoura do Sul, a terra de feitio alemtejano, especialmente a que está fóra dos pliocenos do Tejo aos montes do Cercal, vá abandonando cada vez mais a cultura fromentaria, e intensifique a exploração do gado manadio, pois assim colherá o

¹ Em estudo especial nos ocuparemos da protecção á cultura do trigo.

maximo lucro: no Alemtejo regressaremos a pastores, em vez de nos aperfeiçoarmos como lavradores.

O exame da agricultura da nossa terra de verão arido mostra a vantagem de melhorar a exploração do gado segundo as praticas de muito maior producção de carne e de lã por unidade de area, deixando livre e em beneficio da mata e das culturas arboreas a terra florestal que tem sido mal aproveitada em cultura cerealifera; como o estado da nossa producção agricola mostra a necessidade de intervir no desvio da vinha de muitas terras que, melhor para a Grei, produziriam cereaes e outros generos.

Ha emfim necessidade de pôr em cultivo mais productora, mais util á população e mais consentaneo com a riqueza e a prosperidade da Grei, toda a nossa terra dos pousios longos, o que varias tentativas, incluindo a lei predial de 5 de junho de 1913, não têm conseguido; e de modificar o criterio do rendimento colectavel: por ele a terra mal valorizada em agricultura, mas de rendimento notavel nos gados, é a que menos ou nada paga.

A lei da tributação predial tambem não favorece o bem-estar da população rural, pois lhe onera as habitações. Mais conveniente para a simplicidade da cobrança e para a Grei do que a classificação da lei de 5 de janeiro de 1913, seria esta:

Predios urbanos todos os edificios do ambito das vilas e cidades; e os de fóra d'elas que sejam destinados ao exercicio de de qualquer industria ou negocio que não seja a exploração do solo, assim como os exclusivamente para habitação, tendo ou não terreno anexo desde que este seja ocupado no todo ou na maior parte por jardim, parque ou alameda de recreio.

Predios rusticos os de fóra do ambito das vilas e cidades destinados a qualquer cultura, ainda que compreendam habitação, abegoarias, silos, celeiros, adegas, palheiros e outras dependencias destinadas a recolher operarios, empregados, generos, gados e alfaias agricolas ¹.

*

A contribuição predial rustica e urbana têm rendido, no total, no continente:

	Contos		Contos
1885	3.489	1900	6.087
1890	4.786	1905	6.218
1895	5.625	1910	6.638

¹ Assim os edificios da agricultura do ambito das vilas e cidades seriam considerados urbanos, por terem vantagem de situação aos da lavoura rural.

Em 1911 a cobrança total fôra 6.509 contos, de que 2.728 contos da urbana e 3.781 contos da rustica: isto é, a urbana foi cerca de dois quintos da totalidade da tributação predial liquidada (*Anuario das Contrib. Directas*, ano civil 1911) ¹.

Imaginemos que fixamos em 7.500 contos a tributação predial total do paiz na Iberia; e que, pela modificação proposta para a classificação dos predios rusticos e urbanos, só venham a corresponder 1.500 contos á verba em conjuncto da contribuição predial urbana: ou, melhor, fixemos em **6.000** contos a contribuição predial rustica nas bases novas, independentemente da contribuição predial urbana. Não repugna crer que a terra, mãe de toda a riqueza, não possa pagar esta quantia, quando o vicio de fumar paga mais de 6.000 contos de imposto...

A superficie *productiva* do paiz continental era avaliada em 1902 em 6.993.540 hectares; a *improductiva*, compreendendo a area social, os areas, as cumeadas, as charnecas desaproveitadas, pantanos, rochas estereis, etc., em 1.917.100 hectares (*Estatistica Agricola*, I, p. 12). Arredondemos para 7.000.000 hectares a superficie productiva: haveria então a cobrança media geral de 86 centavos de contribuição predial rustica por hectare ².

Para as previsões de receita partimos da hipotese de que a area fiscal *productiva* se reduzirá a 6.500.000 hectares, assim catalogados:

	Superficie fiscal Hectares	Superficie Estatistica Hectares
1.º Terra florestal	2.500.000	1.946.445 (a)
2.º Pousios, pastagens e charnecas productivas	780.000	1.935.777 (b)
3.º Culturas arvenses e hortícolas, oliveas e arvores de fructo	2.900.000	2.798.153 (c)
4.º Regiões essencialmente vitícolas 90.000 }	320.000	313.161
5.º Vinhas 230.000 }		
	6.500.000	6.993.540

Consideramos:

1.º *Terra Florestal*—aquela que está completamente occupada por arvoredo (onde possivel), ou que a ele assim devia ser

¹ Não tenho á mão elementos mais recentes.

² Não fazemos a comparação com os numeros estrangeiros; cada nação tem as suas características economicas e financeiras.

(a, b, c) — Vid. nota do fundo da pag. 341.

destinada. No Norte do paiz não ha ambiguidade de classificação: o que está a mato, a pinhal, ou a souto, em arvoredado, em suma, não é lavrado para cultura cerealifera por entre o arvoredado, a não ser raro trecho pela Maia, etc.; mas no Sul a charrua e o arado revolvem muita terra de montado na sua vez cerealifera. — Em terra florestal para a tributação queremos reunir *toda a terra que não é lavrada*, agricultada, nem mesmo depois de pousios longos. A ella daríamos uma taxa minima de tributação quando estiver *regularmente* coberta de arvoredado; e uma taxa successivamente crescente até ao dobro da taxa normal, á terra mal arborisada, como estímulo para a arborisação regular.

2.º *Pousios, pastagens e charnecas productivas*, por «concorrerem importantemente para a produção pecuaria» — aquella terra que passa a maior parte do tempo pousia, semeada com intervalos de dez ou mais anos, e que só é destinada á pastagem do gado manadio n'esse intervalo das raras colheitas: terra que, no geral, lucraria mais, n'uma agricultura de maior produção, em estar em matas, embora tambem fosse em boa parte ao mesmo tempo aproveitada para ervagens e pascigo. A tributação deve concorrer para o aproveitamento mais productivo d'esta terra, fazendo que parte d'ella se destine exclusivamente a mata regular, e outra parte principalmente á lavoura cerealifera e pecuaria, ou ao estabelecimento de olivae e pomares, com aproveitamento simultaneo do solo em culturas arvenses ou arbustivas. — Supomos que só cerca da terça parte da area estatistica entrará na tributação: muita terra d'este grupo irá ingressar na terra florestal; outra nas culturas arvenses, horticolas e de arvores fructiferas.

3.º *Culturas arvenses e horticolas, olivae e arvores fructiferas* — todas n'um grupo, não ha difficuldade de classificação dos terrenos: seriam as terras que se lavram e cultiyam e as que andam

	Hectares		Hectares
(a) Soutos	83.988	(b) Pousios, pastagens e charnecas productivas, «que concorrem importantemente para a produção pecuaria»	1.935.777
Montados de Azinho	416.670	(c) Culturas arvenses e horticolas	2.337.775
» » Sobrelro	356.002	Olivae	329.156
Carvalhães	47.011	Amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras e outras arvores fructiferas	131.222
Pinhaes	430.200		
Matas diversas	612.574		
	1.946.445		4.733.980

(Da Estat. Agricola, I, p. 12).

ocupadas por arvores fructíferas. Muitas vezes, do Norte ao Sul do paiz, as culturas arvenses e horticolas se intercalam nos olivae e por entre as arvores fructíferas, não se podendo até destrinçar uma terra da outra.

Terras de cultura cerealifera ou policultura continua ou com pousios inferiores a 10 anos, com ou sem montados ou arvoredos, ou com vinha em uveiras ou em ramadas, no contorno dos campos, e não vinha exclusiva; terras de prados de lima, de prados permanentes e temporarios; terras em pomares e hortas, em olivae e culturas arboreas.

Depois de 1902 deve ter augmentado bastante a area d'este grupo. Toda ela deve proporcionar o melhor quinhão da contribuição predial rustica, porque dá a maior riqueza do solo nacional.

4.º *Regiões essencialmente viticolas*—do Douro, de Colares, Carcavelos, etc.—terras em geral montanhosas ou de geologia e exposição especiaes, e cuja melhor utilização pelos interesses nacionaes (comercio tradicional de vinhos), ou pela adaptação d'essas terras, é para o cultivo da vinha. Supomos que só ha uma area fiscal de 90.000 hectares essencialmente viticolas.

5.º *Terras exclusivamente a vinha*—embora possam economicamente ser destinadas a outras culturas. Largos tractos d'estes terrenos foram em tempo de culturas arvenses e horticolas, ou de pastagens e pousios, ou simples charnecas; alguns eram ou podem ser boas terras de policultura. Consideramos tambem como vinha o terreno que a tem como cultura predominante, embora esteja tambem ocupado por arvores florestaes, ou de fructo, ou com este arvoredos a não cobrir metade do terreno; e a terra ocupada pelas ramadas, bardos, etc. em que as uvas são a colheita principal.

Avaliamos a terra de vinha, fóra d'aquelas regiões privilegiadas, em 230.000 hectares.

O quadro seguinte mostra um dos modos de cobrar os 6.000 contos de contribuição predial rustica, supondo que se adopta as taxas medias arbitradas. Não consideramos classificação mais numerosa de terrenos e culturas, o que embaraçaria a elaboração das matizes e a determinação do imposto; como não atendemos directamente ao grande cultivo, difficil como era definir o limite entre a cultura intensa e a extensa: preferimos o criterio da densidade da população, fazendo variar para mais a taxa com o augmento de densidade, o que estará em relação com o augmento de valor da terra e da maioria dos seus productos.

A importancia da taxa foi considerada pelo valor das produções.

IMPOSTO PREDIAL RUSTICO

	Area fiscal	Taxa	Contribuição
	Hectares		
I—Verba territorial	6.500.000	\$25	1.625
II—1.º Terra florestal	2.500.000	\$08	200
2.º Pousios, pastagens, etc.	780.000	\$20	156
3.º Culturas arvenses e horticolas, oliv. e arvores fructiferas	2.900.000	1\$08.9 (a)	3.159
4.º Regiões essenc. viticolas	320.000	2\$80	896
5.º Vinhas			
	<u>6.500.000</u>		<u>6.036</u>

I

A taxa territorial sobre toda a terra productiva supozemol-a 25 centavos por hectare: uniforme, independentemente de região e culturas, egual por todo o paiz. Toda a terra productiva deve poder pagar essa taxa, e mais, pelo menos, a taxa florestal. O imposto de 5 centavos por hectare de terreno, do art. 27.º do Código da Contribuição Predial de 5 de junho de 1913, é uma irrisão: a maxama* parte da terra portugueza chamada inculta pode dar rendimento muito importante; e nada estorva que se possa reduzir a muito menos de dez anos o periodo de pousio das terras pobres araveis, ou que boa parte d'elas possa ter boas matas e culturas arbustivas de muito valor.

II

1.º—A taxa florestal é a menor das taxas variaveis com a aplicação do terreno. Supomol-a uniforme por todo o paiz, visto que o menor valor da madeira no Sul, pela menor densidade da população, é mais do que compensado pelo maior rendimento da mata para a pecuaria e pela escassez de madeira para as construcções do que no Norte.

À terra florestal que não está em mata um adicional que obri-gue a arborisal-a; por isso propomos:

A todos os predios rusticos não agricultaveis, nem mesmo

(a) A taxa media da contribuição predial rustica do terreno em culturas arvenses e horticolas, olivae e arvores fructiferas = 3.159 contos: 2.900.000 hectares.

depois de pousios longos, que na matriz predial tenham um valor igual ou superior a tres contos ¹ é applicado em 1920, (começando n'este ano, por ex.) mais um quinto da taxa normal respectiva da contribuição predial rustica; em 1921 mais dois quintos; em 1922 mais tres quintos; em 1923 mais quatro quintos, e em 1924 e nos anos seguintes o dobro da taxa normal respectiva.

Exceptuam-se das sobretaxas os predios rusticos que estejam a ser sementeiros ou plantados de arvoredos e ao mesmo tempo a ser resguardados dos prejuizos do gado. Mas se os predios em sementeira ou plantação de arvoredos, de valor individual na matriz igual ou superior a tres contos, não apresentarem em 1923 pelo menos a quarta parte da sua area aproveitavel já utilizada pelas arvores, pagarão n'esse ano uma sobretaxa de 50 % á normal respectiva. E se em 1926 não estiverem utilizados regularmente pelas arvores em cerca de duas terças partes da area arborisavel, pagarão n'esse ano o dobro da taxa; e será então aberto concurso publico da sua arborisação, tendo o proprietario metade da renda arrematada, e a outra metade o Estado, e ficando o proprietario a pagar contribuição predial rustica pela taxa normal.—O Ministerio da Agricultura comunicará oportunamente ao das Finanças quaes os predios incurros nas sobretaxas.

2.º *A taxa dos pousios, pastagens e charnecas productivas*—supomol-a comparavel á da terra florestal mal arborisada: assim terá um estímulo para ser arborisada, se não convier mais entrar em cultivo arvense, horticola ou de arvores de fructo.

3.º *A taxa das culturas arvenses e hortícolas, olivaes e arvores fructíferas*—supomol-a variavel conforme a densidade da população districtal: 90 centavos por hectare nos districtos de densidade de população até 40 habitantes (por quilometro quadrado)—Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja; 1\$20 por hectare nos de densidade de população entre 40 e 100—Vila Real, Vizeu, Guarda, Coimbra, Leiria, Santarem, Lisboa ² e Faro; e 1\$40 nos districtos de densidade de população maior que 100—Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro.

Para estimular a maior producção das terras dos grupos 2.º e 3.º e levar a um aproveitamento melhor da gente agricola, propomos taxas adicioes correspondentes á maneira de exploração agri-

¹ A inspecção das matrizes definirá melhor este limite inferior.

² O districto de Lisboa, apesar de ter mostrado a densidade de 107,3 habit. por quilometro quadrado no censo de 1911, incluímos-o no 2.º grupo, porque, excluindo a população da capital, a densidade d'aquela baixa a 52,5 (V. *A Grei*, p. 142).

cola: os donos de numerosas e vastas herdades dispersas (e tantas vezes uma só d'elas bastante para o emprego de toda a sua actividade) devem ser obrigados a uma exploração mais productiva; e não podendo ser esta proveniente da exploração directa, por conta propria, nem do arrendamento usual a praso curto e exploração androfisica, urge introduzir o regime da parceria, em bases variaveis conforme o melhor lucro dos parceiros, mas sempre a concorrerem para a integração no solo de mais cuidados, e para o uso de mais rendosos meios de cultivo, o que produz a benefica intensificação agricola. Assim:

A todos os predios rusticos que são agricultados, no todo ou só em parte, embora tal suceda apenas depois de pousios longos, e embora estejam melhor ou peor cobertos de arvoredo, que na matriz predial tenham um valor superior a 8 contos (o exame cuidado das matrizes definirá melhor este limite), é applicado em 1920 (começando, por exemplo., n'este ano) mais um quarto da taxa normal respectiva da contribuição predial rustica; em 1921 mais metade; em 1922 mais tres quartas partes; e em 1923 e nos anos seguintes o dobro da taxa normal respectiva.

Exceptuam-se os predios que á data da cobrança da contribuição predial rustica estejam arrendados em parceria de exploração não exclusivamente pecuaria, por contracto legalisado não inferior a seis anos, enquanto durar tal parceria ou sua renovação: estes predios em parceria pagarão a taxa normal respectiva sem acrescimo.

Exceptuam-se tambem os predios que constituem casas (ou assentos) de lavoura quando estas são cultivadas por conta e administração directa do proprietario, não sendo excluidos de sobretaxa por este motivo senão os de uma casa (ou assento) de lavoura por cada proprietario, a não ser que sejam contiguas e não haja solução de continuidade entre elas.

Nenhum rendeiro pode tomar de parceria no mesmo districto mais de um predio agricola de valor inscripto na matriz igual ou maior que 30 contos.—Exceptuam-se as parcerias com o fim de colonisação ou de segundos contractos de parceria não exclusivamente pecuaria.

4.º—*A taxa das regiões essencialmente viticolas* podiamos consideral-a uniforme e relativamente baixa quanto ás terras do 3.º grupo — 1\$40 ou 1\$50: é uma cultura de crises commerciaes provocadas por diversos factores, e a cultura viticola é trabalhosa n'aquellas regiões. Mas a alta dos vinhos especiaes e tambem o grande valor fructicola ou oleicola d'estas regiões excepçionaes da vinha,

podem bem levar a impôr a tributação para elas igual á das culturas vitícolas nas outras regiões—2\$80 por hectare, o que cortava com a dificuldade de definir quaes as regiões vitícolas de taxa reduzida.

5.º — *A taxa das vinhas* em terrenos que bem podiam ser destinados a outras culturas consideramol-a como a maior de todas: sendo o vinho a nossa maior fonte de receita, não será exagero contar que contribúa com apenas um setimo do imposto da terra. É factó que a cortiça emparelha com o vinho no valor economico, e a terra florestal figura apenas com a tributação de 200 contos e com a taxa de 8 centavos; mas devemos atender a que muita terra que produz cortiça está no 3.º grupo, e que a receita da verba territorial respectiva á terra de cortiça, mais as das taxas do 1.º e 2.º grupos, devem contribuir com um valor na tributação semelhante ao da vinha.

Exceptuam-se da taxa vitícola, e incluem-se na das culturas arvenses as vinhas de que $\frac{2}{3}$ partes pelo menos estejam em cultura *anual* intercalada de cereaes, policultura, ou prados de sementeira.

Isenções. — Como na tributação vigente, deve-se isentar da colecta os predios do Estado, os paços e outros edificios dos concelhos e das freguezias, os edificios escolares, etc.. Nunca os baldios de logradouro comum, para começarem a ter um estímulo ao seu aproveitamento (que a unica solução eficaz para isto é a sua partilha). — Os proprietarios de area muito reduzida: por ex., os que não tenham mais de um quarto de hectare de terreno, seja qual fôr o genero de cultura em que ele esteja, não pagarem nada; os que tenham, ao todo, de um quarto a meio hectare de terreno pagarem com as taxas respectivas reduzidas a metade; os que tenham ao todo de metade a um hectare pagarem com as taxas reduzidas a tres quartos.

Não propomos nenhum agravamento das taxas aos que tenham muito grande territorio, porque basta aplicar-se-lhes as sobretaxas de melhoramento de cultivo.

*

São traços geraes de um novo arranjo da tributação predial rustica, fundada no imposto proporcional á superficie territorial, mais uma sobretaxa conforme a utilidade e a região das culturas (o que em parte atende á intensidade do cultivo). Dentro d'este criterio tomar-se-ha em conta a propriedade de dominio imperfeito.

A tributação que esboçamos parece excessivamente onerosa para a propriedade em geral; mas provavelmente o Estado não dispensará os 6.000 contos: a lavoura não deixará de os pagar.

Os pequenos e medios proprietarios de todo o paiz geralmente só terão a lucrar com aquelas taxas que parecem tão elevadas (¹).

(¹) Tomo o meu caso: o predio do Minho onde fiz as observações referidas na 1.^a parte das *Leivas da Minha Terra* pagou de contribuição predial em:

1879 — 143 reis	(total)	
1889 — 177	»	
1892 — 780	»	
1893 — 900	»	
1898 — 1.126	»	
1901 — 1.336	»	
1910 — 1.476	»	

A contribuição predial foi muito agravada a partir de 1912, por ter construído nova casa de habitação que não é nenhum palacete.

Rustica	Urbana	Total
1913 — 520	4.430	4\$950
1914 — 680	4.930	5\$610
1915 — 720	5.230	5\$950
1916 — 720	5.300	6\$020
1917 — 720	5.300	6\$020
1918 — 970	6.500	7\$470

Pela nova tributação pagará.

	hectare	centavos	centavos
Verba territorial.	0,69	×	\$25
Mata	0,29	×	\$08
Lavrado, etc..	0,36	×	1\$40
Ramada.	0,04	×	2\$80
Soma			\$85.2

Como o quintal não é de recreio, a casa não pagará contribuição urbana pela nova tributação. Voltariam os tempos da contribuição reduzida de 1893; a nona parte do imposto de 1918...

O predio de Evora a que me refiro na 2.^a parte das *Leivas* pagou em 1917 o imposto predial de 60\$16.0, e em 1918 logo 69\$17.0 — Passaria a pagar:

Verba territorial — 42 × \$25	10\$50
Culturas arvenses, horticolas e de arvores fructiferas 42 × \$90	37\$80
Soma	48\$30

Não descontando a area florestal.

Bem menos do que pagou por 1918. Muitas terras dos aros das cidades e vilas alemtejanas estão sobrecarregadas na contribuição predial e de fós. Assim o meu terreno, alem de ter pago em 1918 nada menos de 1\$650 de imposto predial por hectare, pagou \$510 de fós por hectare: ou seja 2\$160 por hectare ao todo. Um terreno vizinho pagou a mais de 3\$000 de contribuição predial por hectare. Mas, com certeza, os grandes proprietarios não

É certo que os grandes proprietários do Sul serão prejudicados no imposto. Na industria moderna as grandes fabricas, quando bem organizadas e administradas, vencem as pequenas; nada obsta que na lavoura aconteça o mesmo:—devem os grandes lavradores pagar, pelo menos, proporcionalmente á grandeza das suas oficinas de lavoura. O bem-estar da Grei e a riqueza publica não podem ser prejudicados pela superabundancia de terra e pela falta de iniciativa dos grandes proprietários. Não se pretende levar estes á insolvencia do imposto: um hectare de terra cerealifera do Alemtejo poderá valer de 80\$ a 300\$: seriam necessarios muitos anos para, a 80 centavos por ano, ela ser vendida pelo fisco; o mesmo para toda a outra terra, pois ela em todos os casos valerá mais de cem vezes a contribuição anual proposta. O que se pretende é a valorisação da terra e da Grei n'um ambiente de justiça e equidade.

*

Maneira de fazer a remodelação do imposto predial rustico.—O cadastro não se pode fazer a tempo de ser aproveitado para a revisão do imposto predial rustico. O Sul do paiz, de grande propriedade, pequena arborisação e pequeno relevo, ainda poderá ser cadastrado depressa e facilmente; mas todo o paiz ao Norte do Tejo, especialmente as Beiras, o Minho e Traz-os-Montes, apresenta taes e tantas difficuldades de cadastração que os topografos profissionaes avaliam em muito tempo—alguns lustros, ainda que se empregasse muita gente—e em muitissimo dinheiro, a elaboração do cadastro. Mas urge arranjar 6.000 contos anuaes da contribuição predial rustica, e não podemos estar constantemente a agravar pelo extranho criterio do rendimento colectavel, a injustiça da tributação, sem contribuirmos em nada para a melhoria da producção agricola e da povoação do paiz.

Preporia o seguinte processo para a tributação predial rustica:

1.º—Tornar publico, por decreto, o quantitativo da contribuição predial rustica a cobrar, e a norma da classificação das terras e

pagam com estas taxas, apesar de terem terrenos, no geral, bem melhores e de maiores possibilidades.

— Se assim fosse, a liquidação da contribuição predial daria muito mais do que os 6.000 contos da previsão; mas qual?— Os proprietários de 1.000 hectares pagam 1.650\$?— Os de 10.000 hectares pagam 16.500\$?...

das taxas de contribuição, especificando cada districto com quanto teria de contribuir, no minimo.

2.º—Convidar todos os proprietarios a declarar quantos e quaes predios têm, e a area aproximada, em cada predio, de cada natureza fiscal de terra: como estariam publicadas as taxas, cada um saberia logo quanto tinha a pagar; e como ha as matrizes actualmente em vigor, a ninguem aproveitaria a omissão propozitada.

As declarações dos proprietarios por concelho iriam para o sindicato agricola do concelho, e na falta d'este para uma comissão de lavradores, que faria a coordenação das declarações por freguezias e pela ordem de grandeza dos proprietarios de cada freguezia, englobando n'uma só lista, da freguezia onde tivesse mais terra, e do concelho nas mesmas condições, cada um dos proprietarios que tivesse terras em mais de uma freguezia ou concelho.

Os sindicatos agricolas (e as comissões de lavradores que os supram) teriam a obrigação de comparar as declarações, e de levarem os declarantes a corrigil-as, em harmonia com a verdade relativa, de modo que não houvesse injustiças notaveis entre os proprietarios.

Coordenadas e correctas as declarações, seriam expostas ao publico na sede do concelho, para reclamações; ponderadas estas, e introduzidas as correspondentes alterações que fossem justas (e depois de estas tambem do dominio publico), enviava-se o processo para uma comissão districtal composta de elementos dos sindicatos agricolas e das Finanças que apurariam as receitas pelas declarações. Se a soma desse um valor que se aproximasse do arbitrado no mapa previo do decreto, ou valor maior, tomava-se como validas, em primeira aproximação, todas as declarações, que passariam a ser confrontadas uma por uma com as matrizes prediaes em vigor, a ver se tinha havido omissão de predios; fazia-se entrar com os omissos em multa de 20 % de sobretaxa durante dois anos, por exemplo, se não fosse dada uma explicação satisfatoria.

Correctas assim as declarações, entraria em vigor a nova tributação.

Se as declarações districtaes não dessem quantia sufficiente, verificava-se primeiramente se o erro provinha da omissão de predios; depois se da má classificação fiscal das terras. Estando assente a previsão em numeros de regular confiança quanto ás areas districtaes em cada cultura, seria de esperar que rapidamente se chegasse a valores aproximados dos previstos.

*

Fracassou estrondosamente a tentativa das declarações da lei de 4 de maio de 1911; a má votadade dos grandes proprietarios e a ignorancia dos medios e pequenos tambem fariam grossa celeuma contra a tentativa da remodelação do tributo predial rustico nas bases aqui propostas: mas notemos bem como é diferente o criterio d'este imposto para o da lei de 4 de maio, e como é diferente a clareza da tributação e a sua facilidade insofismavel — fundamento da equidade perante a lei. Não ha nenhum lavrador, absolutamente nenhum, n'esta linda terra de preguiçosos é de horror aos numeros (e se alguem ha é melhor expropriar-o) que não saiba quantas geiras de terra lavradia tem em cada campo, ou leira, ou gleba, se é do Norte; ou quantos moios de sementeira leva cada herdade da sua terra, se é do Sul, para lhe calcular os hectares a cada parte, ou predio, ou gleba; todos podem avaliar pouco mais ou menos quantos hectares de pinheiraes, soutos e matas diversas têm; quantos hectares de vinha; a grandeza emfim *aproximada* das suas terras. Como cada sindicato agricola, com uma serie de listas de declarações, vê logo onde estão as desigualdades e os erros grosseiros. E se o proprietario achar lesivas as correcções introduzidas pelos sindicatos, ou depois pelas comissões districtaes, cabe-lhe o recurso d'uma vistoria, a ser paga por ele se não tiver razão, a ser paga pelo Estado se tiver. Cada proprietario pode tambem juntar á sua declaração as plantas e medições que entender convenientes.

Não é de esperar que n'estas bases, ou em outras similares, se faça a remodelação do imposto predial rustico, porque os parlamentos, sem organização para versarem os grandes problemas nacionaes, não a legislam; os governos, que pretendem apoiar-se na lavoura, não instarão tambem por ela, e não a decretarão em dictadura; a corrente de opinião dos pequenos e medios lavradores a reclamar-a nem se formará sequer. — Continuarão os vários ministros que devem cuidar da Agricultura, a propôr a organização do cadastro que ninguem fará a tempo de ser util á geração que hoje tem 25 anos, e que não é indispensavel para a tributação; e continuará a agravar-se a iniquidade e os maleficios do imposto predial rustico com base no rendimento colectavel.

*

A *Estatistica Agricola* (Resumos Estatísticos, I, p. 9) dá as seguintes areas por districtos, relativas a 1902:

	Terra florestal 1	Culturas arvenses e arvores fructíferas 2	Vinhas
Viana do Castelo	53.564	40.712	16.357
Braga	62.322	68.513	31.057
Porto	104.556	53.024	25.987
Vila Real	60.868	97.520	22.278
Bragança	63.201	288.518	7.232
Aveiro	75.108	84.543	6.786
Coimbra	97.400	194.204	7.857
Vizeu	125.182	142.706	29.440
Guarda	83.365	263.346	20.245
Castelo Branco	133.240	164.650	3.233
Leiria	91.296	129.377	23.283
Santarem	209.824	179.043	26.616
Lisboa 3	160.524	168.310	65.722
Portalegre	171.154	194.644	753
Evora	165.679	222.808	3.557
Beja	245.977	324.469	7.109
Faro	43.188	181.996	15.652
	1 946.446	2.798.153	313.164

O que corresponde a uma area das diversas culturas igual a 5.057:763 hectares ³.

Sob o ponto de vista fiscal, para a applicação do novo sistema de contribuição predial rustica, supomos as areas seguintes em hectares:

	Terra florestal	Pousios, pastagens, etc.	Culturas arvenses, etc.	Vinhas	Area total tributavel
Viana do Castelo	60.000	1.000	42.000	8.000	111.000
Braga	70.000	1.000	70.000	15.000	156.000
Porto	120.000	1.000	55.000	18.000	194.000
Vila Real	70.000	2.000	100.000	23.000	195.000
Bragança	80.000	20.000	290.000	7.000	397.000
Aveiro	80.000	1.000	88.000	8.000	177.000
Coimbra	110.000	2.000	200.000	11.000	323.000
Vizeu	140.000	2.000	145.000	30.000	317.000
Guarda	100.000	15.000	270.000	20.000	405.000
Castelo Branco	200.000	35.000	170.000	5.000	410.000
Leiria	160.000	2.000	135.000	30.000	327.000
Santarem	270.000	30.000	190.000	35.000	525.000
Lisboa	190.000	50.000	175.000	75.000	490.000
Portalegre	250.000	150.000	215.000	1.000	616.000
Evora	240.000	150.000	230.000	8.000	628.000
Beja	300.000	300.000	335.000	8.000	943.000
Faro	60.000	60.000	190.000	18.000	286.000
	2.500.000	780.000	2.900.000	320.000	6.500.000

¹ Soutos, Montados (azinheiras, sobreiros) e Matas (carvalhos, pinheiros, diversas).

² Culturas arvenses e hortícolas, Oliveiras e Arvores fructíferas.

³ Ha divergencia na terra em sobreiros de p. 9 e 12 da Estat.; modifiquei os numeros do districto de Lisboa para harmonisar as somas, embora o erro possa estar noutra parcella; e o numero da totalidade em p. 9.

E estas areas de tributação supostas por districto dariam de

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL RUSTICA

Em escudos

	Verba territorial	Terra florestal	Pousios, pastagens, etc.	Culturas arvenses, etc.	Vinhas	TOTAL
Viana do Castelo	27.750\$	4.800\$	200\$	58.800\$	22.400\$	113.950\$
Braga	39.000\$	5.600\$	200\$	98.000\$	42.000\$	184.800\$
Porto	48.500\$	9.600\$	200\$	77.000\$	50.400\$	185.700\$
Vila Real	48.750\$	5.600\$	400\$	120.000\$	64.400\$	239.150\$
Bragança	99.250\$	6.400\$	4.000\$	261.000\$	19.600\$	390.250\$
Aveiro	44.250\$	6.400\$	200\$	123.200\$	22.400\$	196.450\$
Coimbra	80.750\$	8.800\$	400\$	240.000\$	30.800\$	360.750\$
Vizeu	79.250\$	11.200\$	400\$	174.000\$	84.000\$	348.850\$
Guarda	101.250\$	8.000\$	3.000\$	324.000\$	56.000\$	492.250\$
Castelo Branco	102.500\$	16.000\$	7.000\$	153.000\$	14.000\$	292.500\$
Leiria	81.750\$	12.800\$	400\$	162.000\$	84.000\$	340.950\$
Santarem	131.250\$	21.600\$	6.000\$	228.000\$	98.000\$	484.850\$
Lisboa	122.500\$	15.200\$	10.000\$	210.000\$	210.000\$	567.700\$
Portalegre	154.000\$	20.000\$	30.000\$	193.500\$	2.800\$	400.300\$
Evora	157.000\$	19.200\$	30.000\$	207.000\$	22.400\$	435.600\$
Beja	235.750\$	24.000\$	60.000\$	301.500\$	22.400\$	643.650\$
Faro	71.500\$	4.800\$	3.600\$	228.000\$	50.400\$	358.300\$
	1.625.000\$	200.000\$	156.000\$	3.159.000\$	896.000\$	6.036.000\$

Toda esta numeração veio para exemplificar com numeros das areas tributaveis mais ou menos aproximados da realidade, e com taxas viaveis, a distribuição dos 6.000 contos de contribuição predial rustica pelos districtos do nosso paiz continental no novo sistema de tributação.

A comparação com os numeros do *Anuario das Contribuições Directas*, quadro n.º 1, mostra que os districtos de Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro serão muito beneficiados; vantagens tambem colherão os proprietarios medios e pequenos nos outros de propriedade muito partilhada; ao passo que os districtos de feição alemtejana serão agravados, como de justiça á custa dos grandes e muito grandes proprietarios.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

COMENTARIOS

Ideas e Factos

Reformas de instrução.— A idea fundamental desta revista, afirmada no seu programa, na grande maioria dos artigos e na capa de todos os cadernos, é a de que as reformas verdadeiras só são possíveis «pela formação e intervenção de uma opinião publica consciente», pela acção espiritual de uma elite empreendedora, organizada para tal fim. Nunca nos dirigimos ao Estado; sempre nos dirigimos á Nação. Essa «opinião publica» não quer dizer que seja a da totalidade dos Portugueses; mas ha-de ser a de um grupo bastante numeroso, consciente, coeso e activo, para que constitua no país uma força espiritual. Sem elites organizadas e sabendo bem o que pretendem, sem forças espirituais constituídas na sociedade, fóra do Estado, por uma aspiração de consciencias dominadas por um ideal, não é possível mudar de rumo.

Ora, das muitas reformas necessarias, há uma que, mais do que todas, é de natureza espiritual: a reforma da educação. Como dissemos no ultimo caderno desta revista (p. 290) «não é com simples modificações de regulamentos e de programas, sem agenciar meios de introduzir na escola novo professorado com novo espirito, que se reforma a valer em pedagogia». Para que haja reformas pedagogicas são indispensaveis, antes de tudo, focos de cultura e de acção moral, gente em que encarnem as necessidades novas, espiritos *reformados* e porisso reformadores. Os povos com tradições de cultura e vigorosa vida espiritual vêem aparecer tais reformadores, em grande numero e apetrechados, dentro dos limites do seu país; os outros, como nós, vêem-nos aparecer em fraca dose, e teem de recorrer ao estrangeiro para a preparação tecnica indispensavel. Antes de existirem em Portugal, em bastante quantidade, individuos animados do espirito reformador, as «reformas» pedagogicas podem ser (na melhor das hipoteses, e quando tracejadas por homens com o conhecimento de tais assuntos) afirmações platonicas de principios, incapazes por si de se corporizar na prática. *O primeiro passo, pois, é a obtenção de reformadores da cultura nacional e dos costumes nacionais, convenientemente apetrechados por meio do recurso ao estrangeiro.* Quando, em 1913, desenvolvemos esta idea (em «O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares») acentuámos que «D. João II sabia isto, mas hoje nós ignoramo-lo»; e no «Ensino como factor do resurgimento nacional» sublinhámos com mais força um outro ponto: o de que «a reforma da escola só será uma forte realidade dentro de uma corrente social, que a determine e a impulsione». Porisso mesmo nos negámos sempre a reclamar do Estado qualquer reforma, directamente, antes de criar fóra dele, pela propaganda, um movimento de opinião. Enquanto tais movimentos não existirem, as verdadeiras reformas são impossiveis ¹.

¹ Compreendeu-o a Espanha criando a Junta de ampliação dos estudos, cujo objecto é conseguir, pelo recurso ao estrangeiro, pessoal competente e bastante numeroso, que há-de depois realizar a reforma. Como parte desse pessoal instituiu a Junta o ano passado uma escola secundaria.

Portanto, o que as comissões recentemente nomeadas para o ensino primário e o normal deveriam propor ao governo em primeiro lugar é a criação de um organismo para promover a reforma da cultura, pelo recurso ao estrangeiro, num numero consideravel de Portugueses. Hoje, os trabalhos das comissões podem valer acaso como obra de propaganda, como afirmação de principios sobre a tarefa a realizar quando houver gente que a realize, e como prova de quando os membros da comissão são sabedores nos assuntos de que tratarem. O Estado pode proporcionar o necessario apetrechamento, mandando gente ao estrangeiro, ou importando estrangeiros que ensinem cá; mas não pode com decretos improvisar espiritos reformadores, acordar na Nação, pelas suas leis, latentes energias construtivas ¹. Isso é tarefa para os particulares; nós metemo-nos a empreendê-la, e fracassámos; durante anos, quer por meio desta revista, quer por outras formas e processos, não suscitámos no país nenhum movimento espiritual; suscitámos contra nós inimizades e calúnias.

É pois como interesse meramente especulativo, como simples materia de afirmação de principios, que submetemos os seguintes pontos á comissão de instrução primária:

Consideração dos fins do ensino primario e da necessidade de humanizar *todo* o ensino; e depois:

Consideração da reforma do ensino como elemento de um plano de conjunto de reformas nacionais;

Adaptação do ensino ás necessidades portuguesas actuais, sobretudo ás condições do trabalho nas diferentes regiões do país, de maneira que a escola concorresse o mais possivel para que ele se fizesse com o maior rendimento e vantagem nacional;

Relação da escola primaria com a escola de continuação e a secundaria;

Estabelecimento de um regime de preparação de professores no estrangeiro, consagrando especial cuidado á preparação para o ensino dos trabalhos manuais mais convenientes no país, e para a educação moral na escola primaria;

Introdução dos trabalhos manuais que reunam o maximo de vantagens educativas e economicas;

Criação, nas principais cidades, de centros de trabalho manual onde fossem por turnos os alunos das diferentes escolas (o trabalho manual deveria conciliar quanto possivel ás exigencias pedagogicas com as necessidades das industrias regionais);

Redacção dos programas de maneira que indiquem o mais possivel o *metodo* de um ensino verdadeiramente tipico e elementar, de um ensino activo e educativo, antitese do enciclopedismo, relacionado com o ambiente e o trabalho, apelando-se para a iniciativa do aluno e suprimindo-se as

¹ O mesmo principio applicámos, por exemplo, ao problema da descentralização. Em varios artigos nossos, bem como nas *Considerações* e na *Função social dos estudantes*, ficou consignado que o problema da descentralização não é propriamente administrativo, mas psicologico; antes de tudo é necessario que haja espiritos de iniciativa em materia de administração local almas que tenham o gosto, a vontade e a capacidade da descentralização. Descremos de toda reforma externa, legislativa, que não seja precedida de reformas do ser intimo, de movimentos espirituais inspirados por uma elite.

materias que não sirvam como instrumentos de acção nem como incontesteis elementos da formação do eu social;

Redacção de livros *para o professor*, os quais lhe forneçam: modelos de lições; conhecimentos próprios para um ensino de acôrdo com a pedagogia moderna; noções praticas sobre material de estudo do ambiente português; instruções sobre o trabalho manual no horto escolar (de acôrdo com as indicações dos tecnicos da agricultura, dentro de um plano geral de fomento); noticia das tecnicas modernas de ensino primario e infantil; modelos de experiências simples e uteis de psicologia, etc.

Repetindo o que dissemos no ultimo caderno desta revista, a proposito da pretensa reforma de instrução secundaria, esperamos que os novos reformadores se não esqueçam do seguinte: redigir um programa de ensino não deve ser dar ao mestre uma lista de conhecimentos, um índice de materias: deve ser traduzir em materias de certa disciplina (Geografia, Física, Quimica, Botanica, etc.) um certo *metodò* pedagogico, de acôrdo com certos *fins*; o programa depende do método, e só adianta praticamente o problema pedagogico quem, fixados os principios, está senhor de uma *tecnica* por meio da qual seja possivel o pôr em obra tais principios. Quanto aos fins, não podem ser os de transmitir conhecimentos, combater o analfabetismo, e outros semelhantes; o fim deve ser o de aperfeiçoar a vida social, intensificar (por outras palavras) o eu social dos individuos, dar-lhes a maxima capacidade para uma educação ulterior e incessante. No ensino geral, um professor de Física, por exemplo, não tem por objecto transmitir conhecimentos sobre física; a sua missão é organizar a experiencia do aluno de acôrdo com o fim educativo, e como *factor de um processo social*, servindo-se para isso do material scientifico que dá a física; encaradas as coisas dêste modo, todas as disciplinas do curso assumem character humanista. De aqui resulta que a escola deve ser quanto possivel um centro social *real*, quer dizer, ao mesmo tempo uma sociedade e um factor e uma instituição da vida social adulta, da vida nacional, e subordinada a um conceito social-economico da educação; cada professor deve considerar o seu ensino como uma contribuição para o processo (marcha, desenvolvimento) dêsse organismo social. Para nós, Portugueses, a escola tem por objecto aperfeiçoar a sociedade portugueza em que vivemos; e porisso, quanto mais na escola se manifestarem as necessidades da sociedade portugueza de hoje, mais condições ela terá para ser educativa. E como a lei da consciencia é fazer-se fazendo, o programa de ensino ha-de ser um programa de *indagações* e de *actividades* que tenham quanto possivel um objectivo social, usando de instrumentos sociais ¹.

¹ A concepção da escola como um centro social é a essencia de toda a nossa prégação pedagogica; ela nos guiou na escolha dos metodos gerais; inspirou as criticas dos artigos *Sciencia e Educação*, *Espectros*, e outros; deu o conceito do papel do estudante exposto em a *Função social dos estudantes*; e foi indicada nas passagens mais importantes das conferencias sobre *O ensino como factor do ressurgimento nacional* e *A escola portugueza, orgão parasitario*. Para nós, o primeiro objecto da educação não deve ser definido como sendo a formação da pessoa (se bem que nisso venha a dar, uma vez que se defina a pessoa como nós a definimos); o primeiro objecto é para nós a preparação de uma *sociedade* de individuos coordenados o mais harmonicamente possivel. O ponto de incidencia do trabalho educativo passa assim a ser menos o estudante do que uma sociedade de estudantes.

Quanto aos reformadores das escolas normais superiores, parece-nos que eles deveriam considerar, entre outros, os seguintes pontos:

A organização geral da instrução publica;

A diferenciação, — nos estudos universitarios dos seus candidatos, — entre a preparação scientifica dos futuros professores do *primeiro* ciclo da instrução secundaria, e a preparação scientifica dos futuros professores do *segundo* ciclo, simplificando-se os estudos dos primeiros, intensificando-se os dos segundos;

A ramificação do segundo ciclo secundario, conforme a futura orientação dos alunos: quantos ramos? onde feitos? como controlar pelas universidades o ensino do segundo ciclo, para que fossem bem preparados os alunos que nelas entram?

A inclusão, nas condições de admissão ás escolas normais, da apresentação de trabalhos praticos realizados nas universidades;

A organização dos exercicios praticos do curso normal de maneira que não fossem (como actualmente) simples provas de memoria, mas trabalhos pessoais dos alunos ¹;

A união da pratica e da teoria por meio de escolas secundarias anexas ás normais superiores;

Criação de uma cadeira de estudos sobre os problemas fundamentais da sociedade portuguesa. — A. S.

Oportunidades que fogem. — Continuamos, impenitentes, a só cuidar da regedoria, sem nos importarmos com os problemas vitales em que nem sequer falam os politicos. Tivesse havido desde o começo da guerra um pouco de cuidado com a intensificação do cultivo da terra, para o que tinhamos todos os recursos, que no fim d'aquella, quando se abriu famelico o mercado da Europa central, bem podiamos estar aptos para vender alimentos e materias primas oriundas do solo, em vez de estarmos n'uma penuria, que já teria sido fome de matar, se não nos acudisse o estrangeiro. Era esta valorisação o maior problema nacional; continua ainda agora como questão suprema para a Grei: e não temos vergonha de deixar fugir as melhores oportunidades de resolver o nosso abastecimento de generos alimenticios até á superabundancia sem um gesto proficuo do ministerio da Agricultura, sem uma iniciativa ousada e amavel da grande lavoura do Sul. Como os povos vencidos, mendigamos de comer...

¹ Exemplos:

Cadeira de Pedagogia. Critica pedagogica de um compendio ou de um programa de ensino da secção do aluno; redacção pormenorizada de um programa de trabalhos praticos liceais da secção do aluno.

Historia da Pedagogia. Análise escrita de uma obra de pedagogia posterior a Rousseau.

Didactica especial. Vinte e quatro lições escritas (*indicando a tecnica*) sobre materias da secção do aluno.

Psicologia. Determinação de 20 niveis mentais. Monografia de uma criança.

Metodos modernos de ensino infantil e primario (que, em nosso entender, deveriam ser cuidadosamente estudados pelos professores liceais). Tres lições com material Montessori e respectiva critica. Tres lições de leitura a tres alunos com material Durobs e respectiva critica. Redacção de um interrogatorio de exame primario.

Educação moral e civica. Um trabalho escripto sobre os metodos actuais de educação (e instrução) civica e moral.

À sombra da guerra traficou-se desesperadamente com a industria nacional, emparelhando com os negociantes de carreira um batalhão de negociantes milicianos. A industria substituiu conforme poude a energia do carvão importado pela da lenha: e como os lucros se acentuavam, apesar do mau sucedaneo, ninguem cuidou de procurar no paiz os recursos hidro-electricos capazes de substituir a lenha e de colocar a industria portugueza no mesmo custo e abundancia de força que a industria estrangeira. — As vilas e cidades ficaram ás escuras, ou quasi, por muitos mezes seguidos; mas nem o Estado nem os municipios tambem cuidaram de pesquisar aonde as reservas de força que no primeiro momento azado lhes viesse remediar esse mal tão duramente sentido. Esta questão da energia barata e abundante para todo o trabalho devia ser, com aquella intensificação da lavoura, o maior cuidado de todos nós, governantes e governados; mas, não senhor, ninguem se importa com isso — a não ser a finança estrangeira, que vae tomando pelo seguro os nossos melhores recursos hidro-electricos.

A guerra não deixou importar a creosota para tratar as travessas do caminho de ferro: o Estado, com umas centenas de quilometros de via ferrea, não cuidou de obter n'esses longos anos de guerra (por distilação de madeira) productos que suprissem a creosota importada, preferindo o emprego de travessas não creosotadas, carissimas em todos os sentidos pela curta duração. Perdeu-se uma boa ocasião de fomentar uma industria que daria boa economia aos camiuhos de ferro, e combustiveis para os automoveis e agrimoteres.

Os aços e ferros não vinham do estrangeiro; mas nós exportavamos milhares de toneladas de socata que era facilimo transformar em aços e ferros para os nossos usos, se tivessemos instalado a tempo e horas uma officina hidro-electrica adequada, resolvendo assim uma das maiores dificuldades que tivemos. Hoje mesmo, se quizessemos resurgir de verdade, sentiriamos a extrema falta de carris e de aços estructuraes para os caminhos de ferro em exploração, para os novos que carecemos de fazer sem demora e para as obras hydraulicas que nos fazem tanta falta como o pão. Mas não vemos que se tente aproveitar a oportunidade que foje de refundir o ferro velho que escapou á exportação louca na guerra.

Para estas obras hydraulicas nos rios, e para adaptação dos nossos portos á vida moderna (quando se acabará Leixões?), para o saneamento e remodelação das nossas cidades e vilas, é necessario muito cimento barato; muita cal hydraulica barata; mas estes artigos continúam em carestia similar á do pão do norte do paiz; e assim se vão perdendo as ocasiões de remodelarmos a nossa productividade: como os outros povos avançam, o nosso estacionamento corresponde a um retrocesso — a abrir-lhes as portas para uma invasão comercial, em prejuizo, sem duvida, das nossas condições de vida futura.

Porque a guerra meteu no fundo do mar muitos navios, vá de bater quilhas e de embaraçar cavernas pelos processos medievaes, chamando aos estaleiros centenas de pessoas a quem se pagavam salarios desúsados. Mas não se reparava que tal não podia ser de muita dura. Só os estrangeiros chegaram a fazer um arremedo de construção seriada em Vila do Conde. E chegamos ao fim da guerra sem nenhuma condições de aproveitarmos em navios a nossa bela riqueza florestal da orla maritima, quan-

do tal fôra tão simples se tivéssemos importado os maquinismos hodiernos de trabalhar a madeira — o que é o apego a todo o trabalho braçal, dos tempos idos...

Na politica portugueza, á custa de tanto sangue generosamente deramado, vem surdindo as mais oportunas ocasiões de ressurgirmos como povo para a vida moderna; mas os politicos, todos açudados e gananciosos á compita do emprego e da fama, deixam fugir as oportunidades sem reparar que nos afundamos. — Sim: a guerra passou; a penúria, a que nos acostumámos, tornou-se já em aguilhão que não morde; só ha uma coisa acima de tudo: — quem ha-de ser regedor, e como ha-de ser deslocado o que está no logar que nos convém. — *E. C.*

O dinheiro da guerra.—Á sombra da Guerra acumularam-se fortunas e surgiram ricos inesperados; mas nem os antigos nem os novós endinheirados se lançam em empresas que remodelem a nossa economia. Os lucros notaveis da lavoura do Sul serviram para amortisar dividas, para arredondar dominios com novas compras de herdades, para acumular dinheiro nos bancos; mas não trouxeram remodelações sensiveis nem progressos notaveis á rotina dos pousios. Alguns lucros do comercio refugiaram-se tambem na terra alemtejana, á cata d'um rendimento seguro de 4 por cento; no Norte compraram-se quintas no campo e casas nas cidades. Mas os maiores lucros da guerra talvez fossem parar aos bancos. Em todos os casos, se houve ousadia no jogo das compras e vendas, não houve iniciativas fecundas de progresso no giro d'aqueles lucros — nem na agricultura, nem na industria, nem no comercio. E rematou-se a guerra com uma batota extraordinaria, onde se somem tantos valores que a imbecilidade de muitos ricos novós e antigos não é capaz de gerir para maior dignidade sua e maior proveito de todos — o que é pena. — *E. C.*

Crises de trabalho.— Pecha velha esta de todos os desocupados irem pedir trabalho ao governo, e de os governos enviarem para as obras do Estado e para as estradas toda a gente em crise de trabalho. De ha muitos anos, pode dizer-se sem perigo de exagero, é uma crise pegada, permanente, com agravamentos periodicos, especialmente no Sul, onde o trabalho agricola é ás lufadas. — E o certo é que nem luz o trabalho dos edificios do Estado, nem luz a conservação das estradas com o emprego dos desocupados.

Nos edificios publicos diz-se que se sumiram em 1918 uns milhares de contos — mais de 3.000 contos só em Lisboa — para dar trabalho aos operarios urbanizados; e como não surdiram palacios, nem primâm pelo aceio os casarios do Estado, temos de concluir que foi quasi só para dar sustento aos trabalhadores desempregados aquele enorme dispendio. Semelhantemente para as estradas.

Má politica esta. A terra de Portugal tem tanto que fazer, está ainda tão rudimentarmente aproveitada na agricultura, na industria, nos melhoramentos urbanos, que é um crime estarmos a esbanjar dinheiro assim, sem nenhum proveito — só com maleficios sociaes, porque assim só provocamos o augmento dos desafortunados.

Tambem má politica a da esmola a quem tem dois braços ou cerebro para trabalhar, embora não tenha trabalho: o que é preciso é facultar no

maximo possivel campos de actividade que dêem á Grei a possibilidade do seu abastecimento, até á larguissima superabundancia do alimento e das materias primas para o vestuario e para o calçado de todos: proporcionar trabalho *util* a toda a gente.

É uma loucura na governança: quando urge fazer as obras hydraulicas que nos abasteçam de energia electrica muito barata por todo o paiz e que dêem de beber ás leivas sequiosas especialmente do Sul, para termos maravilhas de producção agricola; quando urge acabar os nossos portos que só têm — quando têm — favores da natureza e desleixo dos homens; quando se faz mister construir caminhos de ferro e estradas pelos processos rendosos, economicos e de rapidez; quando urge, mais que tudo, cultivar amoravelmente a nossa terra larga dos pousios longos para deixarmos de ser um povo faminto... os governos só encontram na esmola a todos a solução da nossa magna questão: — saber trabalhar, querer trabalhar, coordenar o trabalho de todos para o bem estar da Grei.

Não nos iludamos: o desequilibrio e o desarranjo da actividade nacional chegaram a termos de não ter solução o carrilamento da nossa actividade sem uma remodelação profunda, que não se obtem auctorizando a construcção de mais palacios do Estado, abrindo dispensaveis avenidas urbanas, inventando disparatadas obras publicas, arregimentando ao Orçamento as clientelas politicas bulhentas... e estabelecendo cosinhas economicas. Temos de provocar um movimento inverso áquele que até agora favorecemos: temos de desviar para a vida rural a atenção mais cuidada do Estado, descongestionando as cidades das ondas de urbanizados. É necessario fazer surgir depressa uma actividade muito bem coordenada e lucrativa nos nossos campos, chamando para essas obras fundamentaes da nossa prosperidade os operarios das construcções e os outros, que tem acorrido ás cidades; é necessario promover uma actividade agricola tão prospera e tão bem organizada que ela seja a tentação para que muita gente que hoje se emprega, n'uma vida miseravel e sem futuro nenhum, como operarios de fabricas e das construcções, serventes, trabalhadores, caixeiros, até guarda-livros e continuos, se aventure, com toda a probabilidade de exito, á agricultura, bastando para esse bom exito, medeante a cooperação dos educadores, o fervoroso e inteligente empenho de melhorar a sua condição e a dos seus. Não são cosinhas economicas e subsidios do Estado para o sustento nas crises de trabalho o que nos faz falta; o que é preciso é *um plano de actividade util a todos nós*, e logo a seguir o trabalho coordenado da nação toda para o realisar: — e por mais voltas que dermos ao problema nacional, só vamos encontrar no labor do solo e nas obras e industrias indispensaveis para este, a redempção de Portugal.

Juntemos todas as economias e vamos a trabalhar com juizo, em bom entendimento e rendimento de trabalho. — E. C.

Mocidade academica. — Ser-nos-hia verdadeiramente consoladora a leitura da entrevista do presidente da Federação Academica no *Seculo* da noite de 31 de Março, se tivéssemos a certeza de que as suas palavras não exprimem só uma aspiração, um desejo, ou um devaneio de quem as disse, mas correspondem á existencia de uma objectiva realidade. Neste caso a mocidade iria fazer, finalmente, o que tanto temos reclamado dela. Não desejamos enganar-nos com esperanças illusorias; mas não devemos

deixar cair em esquecimento qualquer manifestação de boa vontade, por muito platónica que ela pareça. Arquivemos pois os dizeres do representante dos academicos.

Norteado pela consciencia da verdadeira função de uma universidade moderna, afirmou o presidente da Federação que esta vê na defesa dos direitos dos estudantes um modo de realizar a lei da solidariedade, observando que a solidariedade academica constitue para o estudante a unica assistencia moral que ele encontra na escola; e prosseguiu nestes termos:

«Entre nós, diga-se de passagem, a Universidade pouco se interessa pela formação do nosso caracter, e o professor, em regra, trava relações com os seus alunos num campo estritamente scientifico. Parece que se parte do conceito errado de que a educação deve ser feita apenas nos lares, esquecendo-se assim que *o papel das escolas superiores não consiste exclusivamente em crear sciencia e em formar profissionaes, mas tambem e muito principalmente em enriquecer a Patria com uma mocidade util, com uma «élite» cheia de sciencia e de caracter.*

«A orientação pedagogica que levou a crear nos programas das faculdades de medicina um curso de moral profissional, devia levar os lentos ao encontro dos estudantes nas proprias salas das associações academicas, não como superiores debruçando-se com desdem dos cocurutos olimpicos da hierarquia, mas como orientadores, educadores e guias de uma mocidade que representa hoje a mais alta esperanza da Nação.

«Mas já que assim não é, cabe á Academia autoeducar-se, cultivando o principio associativo, pelo qual se substitue, com proveitos colectivos, o individualismo estreito pelo solidarismo, generoso e criador...

«Cada ano que passa sobre a Federação Academica torna mais evidente a sua interferencia na resolução dos problemas do ensino, e hora a hora pressente-se que novas e magnificas energias se revelam na geração das escolas, e que todas elas se canalizam para o mesmo objectivo de realisar ferteis iniciativas. *Oxalá que num proximo periodo de trabalho e de actividade, iniciado por nós, se quebrem por fim as vagas altas de parasitismo, indolencia atavica e fatalismo primevo alastrando desde seculos sobre a nossa terra!* E é d'um consolo alentador e virilisante o perceber que habitos de estudo profundo guiam esta gente nova, á qual não repugna colocar á frente das suas falanges nas eleições das associações, muitos dos que á custa do seu trabalho conseguiram classificações e prestigio entre os mestres.

«A crise pesa sobre todos nós. Sem duvida que esta mocidade reflectida, serena, disciplinada, esta mocidade condenada a entrar na vida numa época de tremenda incerteza, virilisada pela entrada na guerra de muitos dos seus, tornada grave e séria pela visão dos quadros sanguinolentos que se têm desenrolado em Portugal, não encontra dentro de si a alegria triumphal e desaforada da geração descrita pelo «*In illo tempore*». Mas havemos de compôr mais tarde tambem o nosso «*In illo tempore*», paginas onde se recolherão muitas provas de nobreza, por onde um grande amor da nossa terra e um desejo irrepriavel de a fazer maior, ha-de perpassar scintilante e belo.

«*Em resumo, a Academia de Lisboa contrapôs á anarquia da sociedade portuguesa uma inquebrantavel unidade moral; ao degladiar das paixões politicas e á sua reciproca intolerancia, um harmonico entendimento*

e a sujeição ao mais alto ideal — o bem da Patria; e ao indiferentismo e ao parasitismo nacionaes um esplendido esforço de auto educação, de iniciativa propria e de voluntaria submissão ás responsabilidades pessoaes.

«Resta expôr qual o seu papel social. Dirigindo-se aos estudantes da Universidade de Princeton, da qual foi presidente Wilson, este eminente chefe de estado dizia-lhes que a missão dos estudantes da Universidade ia mais longe do que o recinto dos gabinetes de estudo, e que as suas energias, intenções e inteligencias se deviam encaminhar para o interesse da causa social.

«O mesmo dizemos.

«Precisam os estudantes de criar dentro das Universidades um grandioso movimento, no sentido da genese d'um superior ideal nacional. Ao nosso paiz falta n'este momento a noção clara de um objectivo a atingir. Portugal, o paiz das descobertas, encontrou agora a oportunidade de se descobrir a si proprio. Temos que localisar o objectivo dos esforços de todos nós no aproveitamento das nossas riquezas, no desenvolvimento das nossas colonias, na elevação do nivel moral e mental da raça. Urge enlazar no mesmo pensamento o serviço dos novos ideaes da humanidade e a defeza dos costumes regionaes, da arte nacional e das tradições da nossa raça. A Academia vae formular acima dos partidos e das massas oscilantes o proprio ideal nacional — e combater «à outrance» a desnacionalização da alma colectiva.

«Sonnino, discursando no Capitolio no auge da guerra, clamou: — «é esta a epoca dos epicos egoismos.» A Academia prepara-se para iniciar uma campanha contra essa vil e apagada tristeza, que por aí se desenha, e tendente a restaurar o velho orgulho da nacionalidade.

«Eu tenho fé ardente nos nossos destinos. A mocidade de Harvard, Iale, Oxoford e Cambridge é um exemplo eloquente a seguir. Os estudantes da Universidade de Lisboa, constituindo uma «élite», que primeiro discutirá os magnos problemas — o colonial e economico — dentro das associações e depois em grandes congressos academicos, esses estudantes seleccionados devem revelar-se no paiz como um autentico valor social, e o paiz sem duvida acolhel-os-ha sem uma hesitação nem sequer uma sombra de desconfiança.»

O papel da mocidade academica está ai perfeitamente definido, — e cumpre que a discussão dos «magnos problemas» se não faça demorar, e que breve os moços nos apareçam munidos de um plano bem nítido de realizações concretas e de vontade tenaz de o levar a efeito; cumpre que a juventude de hoje tenha o santo horror dos naufragios miseraveis das juventudes de ontem, que Herculano descreveu com pensamento forte, vestido da energia do seu forte estilo:

«Que é feito dessas tres ou quatro épocas em que, nos ultimos quinze anos, a mocidade parecia querer deixar inteiramente aos pequeninos homens grandes do país o agitar-se, e morderem-se, o devorarem-se acerca dos graves interesses, das profundas questões das bolhas de sabão politicas? Que é feito dessa falange ardente, ambiciosa de uma gloria pura, que principiava a exercitar-se nas lides do entendimento? De tudo isso, de toda essa mocidade brilhante e esperançosa, que resta? Algum crente solitario, que deplora em silencio a queda de tantos arcanjos. Os outros sacerdotes atiraram-se á arena das facções, e manchados pela baba dos odios civis, cobertos da lama das praças, arroxeados e sangrentos pelas punhadas do pugilato politico, desbaratando em esforços estereis a seiva interior, lá vão disputando no meio de homens, gastos como a efigie de velha moeda, sobre qual ha-de ser a

forma do ataude, e como se talhará a mortalha, em que o cadaver de Portugal ha-de descer á sepultura. Que outra coisa, de feito, há aí sobre que se dispute ainda? »

Parece que agora, felizmente, — não da parte dos politicos, mas da mocidade — ha já outras coisas sobre que se discute em Portugal. Acreditemos, pelo menos, que há, — e que não estão dispostos os moços de hoje a cair nas tentações que Herculano aponta:

« O talento que forcejava por fugir do latargo febril que nos consome, retrocede ao entrar no templo, e volve ao lodaçal onde agonizamos. É que a turba que aí se debate, ou o apupa, ou lhe arroja adiante tropeços, ou o corrompe com dádivas e promessas; e falando-lhe ás paixões más, ás ambições insensatas, lhe clama: vem refocilar-te no lodo. E desanimado ou tentado, o talento despenha-se, e atufando-se no charco aceita as lisonjas, ou o oiro imundo que lhe atiram, embriaga-se com os outros perdidos, e renega da missão sacrosanta que lhe destinara o céu »

Saberá a mocidade de hoje não renegar, com efeito, da « missão sacrosanta » que lhe compete, e ouvir, — neste país de surdos, — as fortes e trágicas aldrabadas que o Destino nos dá á porta? — A. S.

O exemplo da Inglaterra. — A Inglaterra, pela sua situação insular e pelos seus largos e variados territórios ultramarinos, pôde viver em abastança com o livre-cambismo, e entregar-se intensamente, quasi exclusivamente, na metropole, á produção industrial, completando assim perfeitamente a sua individualidade económica, que se manteria equilibrada por tempo indefinido . . .

Não tinha que preocupar-se com a produção dos géneros mais necessários á alimentação dos seus activos e numerosos habitantes: senhora dos mares, com uma poderosa marinha mercante, os géneros viriam de onde existissem, a tempo, em abundancia e a baixo preço.

Considerando-a mais remuneradora e mais necessária ao seu predomínio no concerto das nações, desenvolveu a indústria e fê-la florescer, á custa da agricultura que decaiu.

Os campos enrelvaram-se, latifundiando-se, na posse dum pequeno número de proprietários, que os utilizaram na criação do gado no pascigo livre, o aproveitamento mais harmonico com o desvio sistemático dos braços.

A guerra, porém, e mais especialmente o *flagelo dos mares*, dificultando em extremo o seu completo abastecimento, desequilibrando-a, pô-la na contingência de privações horrorosas e mostrou-lhe, em toda a evidência, quanto há de perigoso no sistema de não se produzir o que se pode e se precisa, deixando aos outros o papel de no-lo fornecer. E o colosso marítimo e industrial foi obrigado a ver no campo a sua salvação e a tornar realidade a política agrária, em clarividência preconizada anos antes, ainda em tempo de paz, por Lloyd George. É que os géneros não viriam de fora e para se vencer, antes de metralha, é preciso pão. E num esforço maravilhoso, ao passo que a produção de metralha se intensificava, os campos maninhos iam-se desbravando e a herva e o inculto deram lugar ao pão, à batata, à fava, em quantidades a aumentar de ano para ano. Em março de 1917 a superficie semeada de trigo era já de 690.000 hectares, os quais com as sementeiras de primavera se elevaram a 777.600. Em igual época de 1916, segundo informações do *Board of Agriculture*, a área

dedicada a trigo elevou-se a 1.001.600 hectares, isto é, sofreu um aumento de 45 %, sem tomar em conta as sementeiras de primavera, que com essas o total dos trigais deveria ser de 1.136.000 hectares, ou seja, aproximadamente, o dobro do que eram.

Na totalidade das terras dedicadas à produção cerealífera o aumento, desde 1914 a 1917, foi de 461.358 hect., e o total do último ano foi de uns 3.517.652. Para a cevada e a aveia o aumento foi cerca de uns 404.700 hect. em relação a 1914.

A cultura da batata subiu em 1918 a 261.019 hectares contra 205.572 em 1917 e 182.746, em média, no período de 1912 a 1916, ou seja 127 % e 147 % destas duas últimas superfícies.

Mas todo este prodigioso alargamento da cultura, num período relativamente curto e num país em que os braços pouco podiam distrair-se das suas ocupações habituais, não se realizaria se não fôra o emprêgo em larga escala dos *tractores agrícolas*. Com êles fez-se sobretudo o que era mais difícil e mais demorado — a preparação das terras para as sementeiras. Do seu trabalho pode fazer-se idea sabendo que só em junho de 1917 entraram em Inglaterra 400 tractores, em julho 600 e em agosto 720, devendo haver no fim desse ano, empregados na agricultura, 2500!

Por uma forma simples e expedita resolveu assim a Gran-Bretanha o problema agrícola de momento. Para produzir mais, com rapidez, alargou a área cultural, à custa dos prados e incultos, empregando o processo que menos braços exigia. País fracamente produtor dos géneros da sua alimentação, quasi se abasteceu em pouco tempo. Poucos exemplos nos poderiam ser tão proveitosos. — A. C.

Bibliografia. — *Education, un essai d'organisation démocratique*, par L. Zoretti, Paris, Librairie Plon, 1918, XVIII — 286 pag., 4 fr. 50 — ; *Correspondencia do 2.º visconde de Santarem*, coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins, publicada pelo 3.º visconde de Santarem, Lisboa, Alfredo Lamas, Motta e C.ª, 1918, 5 vols.; *Anuario do Instituto Superior de Comercio*, Lisboa, Tipografia Universal, 1918, 226 pag.; *O Economista português*, revista semanal, Lisboa.

Publicou-se no ano passado em França, com o titulo de *Education, un essai d'organisation démocratique*, um livro do professor de matematica L. Zoreti cuja leitura é cheia do interesse para quem se preoccupa de questões de organização do ensino público. O auctor do livro é socialista, e como tal a questão do ensino público é encarada mais do ponto de vista social que do pedagógico.

No que constitue a organização e o funcionamento do ensino francez um facto domina no pensamento do auctor: entre o ensino primario e o secundario não ha penetração; o primeiro é gratuito, o segundô pago; frequentam-nos classes diferentes da sociedade «*Tout notre système d'enseignement français est un enseignement de classe*». As classes pobres mandam os seus filhos á escola primaria, que os retém dos 6 aos 12 anos; essa escola não é frequentada pelos filhos das classes ricas e remediadas, que vão frequentar nos liceus, sob o nome de preparação para o ensino secundario, cursos especiais onde ficam dos 6 aos 11 ou 12 anos. Terminados os seus estudos primarios segue-se naturalmente — e ainda gratuitamente — a escola primaria superior; se porêem pretender entrar para o liceu só o poderá fazer,

sendo pobre, se obtiver uma bolsa que o ajude a viver. E como o numero de bolsas liceais é relativamente restricto, é infimo o numero de filhos de classes humildes que frequenta os cursos secundarios, e a esses infalivelmente acontece mudar de classe, passar para a burguezia. Dá-se, não uma fusão de classes, mas sim absorpção de uma pela outra. Não é que seja impossivel essa fusão de classes, entendendo-se bem os seus elementos, como o prova o exemplo de certas escolas especiais frequentadas por filhos de burguezes e de operarios; mas como no liceu é infimo o numero destes, a fusão não se dá, as classes ficam separadas.

No ensino superior continua-se a vêr predominar a mocidade burguesa; praticamente esse ensino está nas mãos das classes proprietarias; os raros filhos de operarios que a elle chegam vão em regra, não para as Universidades, mas para as grandes Escolas Normal e Politecnica. Mas succede que estas aulas teem um forte espirito de classe, que os seus alunos constituem uma casta, sobretudo na Politecnica, fortemente ligada á engrenagem capitalista, de forma que o ensino superior continua todo elle a ser privilegio quasi exclusivo de uma classe e vedado á outra.

Mostra o auctor o insuccesso das medidas que se adoptaram para tornar possivel a interpenetraçáo do ensino primario e secundario. Apesar da lei o permitir, não ha quem passe da escola primaria superior para o liceu, mau grado as equivalencias previstas.

D'essa escola primaria superior o caminho que fica é o das escolas normaes e das Artes e officios—o commercio, a industria, nunca o professorado, a advocacia, a engenharia.—Inversamente, o burguez educado no liceu não penetra facilmente no commercio e na industria porque o ensino recebido o não habilitou a essas profissões productivas.

O auctor resume a questão n'estes numeros. De 5.500:000 creanças a maioria, 5.200:000, fica apenas com os estudos primarios, aos 12 anos. Os outros 300:000 dividem-se em dois lotes conforme a classe social, indo uns para o liceu, os outros para o ensino primario superior. Não ha garantia nenhuma de que a selecção seja bem feita. A falta de recursos é que limita aos 12 anos a educação da maior parte, n'uma idade em que a vocação ainda se não pôde afirmar.

Por outro lado, como é a diferença de classe social e não a de aptidões o motivo da divisão em dois lotes dos que continuam os estudos, a Sociedade continua sem ter garantida a selecção.

Finalmente, o caracter do ensino secundario (cuja critica o auctor faz com muita razão) determina uma preparação deficiente dos que conseguem chegar ás altas situações.

Partindo d'estas constatações e baseando-se nos principios socialistas e democraticos, o auctor propõe um plano de organização de ensino destinado a egualar as condições de todos os escolares e a dar-lhes identicas probabilidades de exito, substituindo a selecção pelo mérito á que hoje é feita pela fortuna e pela classe social. Propõe assim que, como na Norte-America, o ensino official seja gratuito em todos os graus. Como o seu objectivo está representado pela formula de Omer Buyse a proposito do ensino americano: «a tous une chance égale et pas de cul-de-sac en matière d'éducation», Zorette preconisa o ensino primario *obligatorio*, indo dos seis aos quinze anos. Nesse ensino primario distinguir-se-ia uma primeira étape dos seis aos dez anos e uma segunda dos onze aos quinze.

A primeira étape compreenderia a leitura, a escrita e as operações, e seria organizada de forma diferente conforme a escola fosse citadina ou campezina, abrangendo sempre os trabalhos manuais (e os agricolas). No segundo estadio o programa abrangeria a ortografia e a gramatica elementares, a historia de França sumária, a geografia sumária, noções de labores e arte, de historia geral, noções de cousas (e não o ensino sistematico das sciencias fisico-químico-naturais). Ao lado dêste ensino intelectual um ensino utilitário bem diferenciado nos seus dois tipos rural e urbano.

Esta parte pratica do ensino seria dada em escolas-herdades, utilizando-se o ensino agricola para a cultura geral, para os estudos futuros de biologia, física e química e aprendizagem da divisão do trabalho, da cooperação, da ordem. No tipo urbano o ensino pratico não pode ser agricola; a vida citadina é muito mais complexa. Anexos á escola haveria ateliers de pré-aprendisagem onde se praticariam trabalhos manuais; nos primeiros anos o ensino seria o mesmo para todos; depois permitir-se-ia a especialização conforme os gostos e as vocações. Aproveitar-se-hia o meio urbano para inculcir noções praticas e uteis de organização dos serviços publicos, para estimular os alunos a organizar-se em sociedades desportivas (box, scouts, etc.).

Na ideia de Zoretti tódo o Francês chegado aos 15 anos teria pois uma forte educação primaria e estaria apto a escolher uma orientação. A seleção far-se-ia dessa idade (que é apenas um minimo) por meio de exames severos, mas de tipo diferente dos actuais. Utilizar-se-ia largamente o regimen da caderneta escolar fazendo observar o aluno pelo seu mestre, e a prova final duraria por exemplo um mez, durante o qual os mestres o examinariam e observariam, pronunciando depois uma decisão *que não seria expressa em valores numericos* (muito sensatamente o autor condena ás notas em numeros; apesar de matematico, reconhece francamente que o valor dos estudantes não é de qualidade de se exprimir por numeros). Os que não obtiveram entrada no ensino secundario ou não quizeram apresentar-se teriam durante 2 ou mais anos um ensino post-escolar obrigatorio (2 horas por dia) além do ensino profissional. Os outros, uma minoria seleccionada, teriam um ensino liceal curto, de 3 anos, correspondente pouco mais ou menos ás ultimas classes do liceu actual.

O ensino liceal teria varias secções, não só de ordem intelectual como as quatro classes do actual ensino secundario francês (A. — latim-grego, B. — latim-linguas vivas, C. — latim-sciencias, D. — sciencias-linguas vivas.) como tambem estudos comerciais, industriais, agricolas ou artisticos. Haveria uma parte científica e literaria comum (onde o latim não seria indispensavel) com um programa curto, e uma serie de cursos pelos quais se optaria, conforme a vocação e os conselhos dos mestres. O sistema preconizado é portanto até certo ponto inspirado no *elective system* das escolas secundarias e superiores americanas.

A saída do liceu o estudante teria uma instrução que lhe permitiria quer a entrada directa na vida activa (actualmente o ensino secundario «ne prépare pas à la vie»), quer o ingresso no ensino superior, mediante um exame feito segundo os principios atraz indicados. E a respeito do ensino superior, o auctor distingue nêle tres fases: 1.º, a fase preparatoria, prolongamento do liceu; 2.º, o fase dos estudos scientificos geraes; 3.º, a fase propriamente tecnica ou profissional. Aplicando esta noção ao estudo

medico, a fase preparatoria seria a de F. Q. N. (fisica, quimica, sciencias naturaes); a fase geral a do estudo da anatomia, da fisiologia, da patologia, etc.; a fase tecnica, a do estudo das clinicas, etc.

Zoretti completa o seu projecto com o estudo das possibilidades financeiras e com o do recrutamento de professores; exige para os mestres do ensino primario o curso liceal, para os do ensino secundario os estudos superiores, para o ensino superior trabalhos de investigação scientifica.

O espaço falta para resumir como merece este livro tão suggestivo. Por muito que se discorde das ideias politicas do auctor, é impossivel negar que tem fundamentalmente razão na sua critica á organização do ensino francês. Ha decerto outras soluções a propor, menos radicaes, mais viaveis, mais economicas. Creio que no nosso caso portuguez a solução melhor seria outra, efectivamente.

Os estudos e projectos de Zoretti, as suas criticas judiciosas e sensatas ao ensino official dos nossos dias, merecem a atenção dos que se occupam das questões de ensino. Da sua leitura colher-se-ha pelo menos a noção — tão frequentemente olvidada — de que o problema da organização do ensino publico não é meramente pedagogico na acepção estreita desta palavra, mas tambem economico e social.

Vivemos numa epoca de irresistivel democratização (não confundir com o regimeu politico que imagina tolamente monopolizar a democracia); todo o Estado moderno terá de atender a esta verdade, se quiser ter o seu ensino organizado de forma a servi-lo, servindo a grei. — A. C. C.

A Correspondencia do 2.º visconde de Santarem forma um livro muito interessante, e um documento do maior valor para o estudo da historia politica de Portugal na epoca das lutas do liberalismo com o monarquismo absolutista. Estes cinco volumes conteem, além da correspondencia propriamente dita (do e para o ilustre diplomata e erudito, enquanto ele foi ministro dos estrangeiros de D. Miguel, de 1828 a 1833), os apontamentos das audiencias ao corpo diplomatico, dos conselhos de ministros, das conferencias com embaixadores e financeiros, etc. A leitura faz-nos passar por todos os transe e peripecias daquela epoca agitada, e fornece muitos enjões de analise e de meditação ao observador e critico das coisas sociais. O sábio visconde pertencia ao nucleo absolutista moderado, e diz com razão o comentador que, se havia entre os miguelistas, facciosos violentos que transigiam com a rua e com os seus discolos, o visconde pertencia ao numero dos homens de vistas largas e almas bondosas que procuravam levar o regimen a uma verdadeira pacificação.

O *Anuario* do Instituto Superior de Comercio insere uma interessante conferencia que realizou no Instituto o snr. Antonio Maria de Oliveira Bello, e um estudo sobre Armazens geraes do aluno Alberto Zagalo Fernandes, premiado no concurso ao premio Beirão, além de dados estatisticos, e diplomas officiais relativos ao funcionamento do Instituto. Entre estes merece salientar-se o decreto que criou o Museu Commercial.

Merecem ser trasladados estes trechos da conferencia do snr. Bello:

« Não resta a menor dúvida que o comércio portuguez está paralisado desde 1890, e a razão dessa paralização é devida a duas causas principais: uma, de origem económica; outra, de origem educativa. A de origem eco-

nómica resulta das pautas aduaneiras publicadas em 1892. Estas pautas foram feitas n'um regime, não proteccionista, porque o termo não basta, mas proibicionista.

Em todos os países onde se lança mão dêste extremo, as pautas fazem-se por um período de tempo sempre curto, e com um fim também certo e determinado, como, por exemplo, a criação de novas indústrias, e nunca por prazo incerto e indeterminado, como tem acontecido entre nós...

«Uma protecção levada ao exagêro traz como inevitável consequência o encarecimento da vida. E é o país que, evidentemente, sofre com êsse regime, pois os direitos chegam a ser de 50, 100 e mais de 200 por cento sôbre o valor das mercadorias.

«As indústrias nacionais não se tem desenvolvido senão por forma aparente, artificial, fictícia, mas tem, de facto, direitos adquiridos. E hoje muito difícil seria regressar ao regime de protecção racional, sem prejuizos graves e reclamações de toda a espécie. Mas creio que lá teremos de ir...

«O industrial não tem, como lhe compêtia, procurado aperfeiçoar os seus produtos ou processos de fabrico, donde resulta que as nossas mercadorias só se obtêm por preços elevadíssimos e de qualidade inferior em comparação com as similares estrangeiras. Dêste modo, era de prever que os países estrangeiros começassem empregando todos os meios possíveis para apertar ainda mais êsse ciclo de ferro da protecção exagerada, em que nos metemos; e como, ao mesmo tempo, não temos navegação para levar os nossos produtos em boas condições aos mercados estrangeiros, esta circunstância foi fácilmente aproveitada por aqueles países que estabelecerem uma concorrência de fretes de tal ordem, que se chegou ao cúmulo de se pagar mais barato o frete de um casco de vinho embarcado em Bordéus para o Brasil, do que embarcado em Lisboa!

«Daí o constatar-se que, ao passo que o nosso movimento comercial com o Brasil, onde a colónia portuguesa é numerosa, declina a olhos vistos, o movimento comercial estrangeiro progride assombrosamente...

«Sem dúvida que a protecção pautal não pode acabar por completo, pois industrias há que, tendo a materia prima no país, necessitam com razão de ser protegidas, como a das conservas, sapataria, cerâmica, olaria, ourivesaria e várias outras...

«Outro factor que concorreu profundamente também para a paralização do nosso desenvolvimento comercial, foi a lei dos cereais, onde se estabeleceram para o trigo preços artificiais, fora das leis económicas. Mas como nas terras não se semeava só trigo, fazendo-se cultivos alternados de outros cereais e legumes, estes produziam-se mais caros por esse facto, e assim se originou o encarecimento de todos êles. Tendo subido o valor da propriedade e, consequentemente, as rendas, tudo começou a ser sobrecarregado com êsse aumento de valorização. Subiram de preço os salários e os transportes, quer terrestres quer marítimos, affectando portanto grandemente todas as industrias agrícolas, mesmo as que não eram cerealíferas, como a vinícola e a oleícola, desde o inicio da produção.

«Poderá parecer à primeira vista que este assunto não devia ser tratado commeticulosidade pelos governos... Não é bem assim. Países há em que são os governos que directamente interveem por uma forma terminante e absoluta. Posso narrar, por exemplo, o seguinte facto:

«Tendo estado na Dinamarca e sabendo que neste país se tinha che-

gado a uma produção de trigo extraordinária, empregando-se a cultura intensiva, calculei que lá houvesse pão em quantidade abundante. Pois enganei-me. Não encontrei senão um consumo de pão muito restrito. Achando este facto verdadeiramente insólito, inquiri de um comerciante, homem por sinal muito inteligente e ilustrado, o que se passava a tal respeito. Ponderou-me êle: «—A razão é simples. Os nossos governos, como se trata de um país pequeno, sem minas, naturalmente, precisando tirar da terra o máximo do ouro, fizeram com que a cultura cerealífera se intensificasse. Mas como a produção por hectare da batata, em cultura intensiva, é maior, entenderam que se devia de preferência consumir este produto e não o trigo que é destinado à exportação» —. E assim é.

«Uma colónia há que podia dar tudo quanto quiséssemos. É a nossa bela e riquíssima província de Angola. Há cinco para seis anos mandei para lá uma porção de trigo australiano, a fim de fazer um ensaio de cultura no planalto de Mossâmedes. Imaginem V. Ex.^{as} que obtive duas colheitas por ano! Esse trigo não só não degenerou como, pelo contrário, se tornou muito superior, quer em peso específico, quer em qualidades panificáveis. Afinal, nós, aqui—triste é dizê-lo—estamos na eminência da fome, quando poderíamos ir buscar tudo, absolutamente tudo que nos faz falta, às nossas férteis colónias.

«Mercê dos erros sucessivamente acumulados pelos nossos dirigentes, em Portugal está-se muito longe da quantidade de trabalho que se devia produzir, e eu vou apresentar a V. Ex.^{as} alguns números para comprovar esta afirmação.

«A capitação em Portugal, país com 6.000:00 de habitantes, regula por 30\$00; na Holanda, que tem a mesma população, a capitação é de 317\$00. Dez vezes mais do que a nossa, e tratando-se, para mais, de um país que possui uma área menos de metade que a de Portugal! A Bélgica, com uma população de 8.000:000 de habitantes e uma área de quasi um têtço da de Portugal, a sua capitação é de 165\$00; e a Suíça, com 4.000:000 de habitantes, e uma área muito menor que a nossa, 150\$00.

«Que enorme desproporção na quantidade e valor do nosso trabalho, comparado com o de outros países!»

O *Economista português*, no seu numero de 5 de Abril, reproduz a «Carta internacional do trabalho» votada por unanimidade na conferencia sindicalista internacional que reuniu em Berne de 5 a 9 de Fevereiro. Os dois primeiros artigos dizem respeito à instrução, e são os seguintes:

«1.º—A Conferencia considera que o ensino primario deve ser obrigatorio em todos os países, e que a aprendizagem e o ensino profissional geral devem ser neles organizados. O ensino superior deve ser livre e acessivel a todos, não podendo as aptidões e aspirações ser contrariadas pelas condições materiais de existencia em que os menores se encontrem collocados. Os menores de 15 anos não poderão ser occupados na industria.

«2.º—Os menotes de 15 a 18 anos não poderão trabalhar mais de 6 horas por dia, com uma hora e meia de descanso depois de quatro horas de trabalho seguidas. Os menores de ambos os sexos deverão assistir, durante duas horas por dia, aos cursos complementares de instrução tecnica criados em seu favor, e que se realizarão entre as 6 h. da manhã, e ás 8 h. da noite. Os menores deverão poder dispor do tempo necessario para a frequencia destes cursos. O trabalho dos menores será proibido: entre as

8 h. da noite e as 6 h. da manhã; nos domingos e dias feriados; nas indústrias insalubres; nas minas subterrâneas.

Na conferencia *O ensino como factor do resurgimento nacional* propusemos que os alunos que não desejassem seguir para os cursos secundarios e superiores, aos doze annos, continuassem na instrução primaria até aos 14 (este curso de 2 annos poderia denominar-se, por exemplo, *instrução primaria superior*) para terem dos 14 aos 18 uma instrução de caracter predominantemente tecnico e civico, que accumulariam com o exercicio de um emprego: chamámos a este curso, curso de *continuação*: corresponde ao que a Conferencia propôs com o nome de *curso complementares de instrução tecnica*.

No seu numero de 19 de Abril diz a mesma interessante revista, comentando o extremismo simplista de muitos elementos sindicalistas:

«Já é alguma coisa reconhecer-se que o operariado portuguez não está organizado para dirigir por si só os destinos do Estado, cuja regencia, aliás, não pode ser nunca apanagio de uma só classe. Tambem já não é pouco, no meio da tristissima anarquia universal, comprehender-se que uma violenta revolução economica e social está muito longe de ser desejavel. Mas ainda assim preferiríamos ver o operariado portuguez organizar-se ordeiramente para concorrer com outros muitos elementos de outras classes para as largas e profundas reformas economicas, sociais e politicas, no bom sentido da palavra, que é preciso realizar pacificamente em Portugal.

«Ha tempos reproduzimos o esboço de um programa de reformas publicado na revista *Pela Grei*, onde ha principios de renovação economica e social de grande alcance para as classes trabalhadoras no sentido mais alto desta expressão, e parte dos quaes veem sendo desenvolvidos com superioridade de vistas pelo sr. Ezequiel de Campos. A nossa ver é por aquelle caminho que se têm de marchar, podendo-se mesmo ir mais além daquellas aspirações immediatas, sem necessidade de convulsões e sem destruímos nada do que deve ficar eternamente de pé, por se ligar com a propria essencia da sociedade e do genero humano. E para obter o que está naquelle programa, e ainda maiores resultados filhos do mesmo sistema, não é necessario fazer uma revolução violenta e radicalissima.

«Um grupo bem compacto de elementos sabedores, energeticos e com vontade bem determinada, conseguiria impor os seus ideais de reforma sem revolução, sejam quantos forem os partidos e partidinhos que andem por aí a fazer a politica e os movimentos que temos visto no decurso dos ultimos annos».

Arquivo de inqueritos á vida portuguesa. — A Sociedade Portuguesa de Sciencia Social e a redacção da *Pela Grei*, tendo decidido trabalhar de colaboração na constituição de um *Arquivo de inqueritos á vida portuguesa*, onde se reunissem todos os informes que nos fosse possivel obter sobre as condições sociais nas diferentes regiões do país, como base para trabalhos de melhoramento e de reforma, — começaram pela redacção de um *questionario* para servir de guia aos individuos que nos quisessem fornecer elementos de informação; esses elementos serão reunidos e classificados no Arquivo, onde ficam ao dispor dos estudiosos. Por falta de espaço não publicamos já neste caderno o questionario, que os nossos leitores podem ver no ultimo numero, ha dias saído, do Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social. É nosso dever consignar a perfeita camaradagem, o cavalheirismo e a largueza de espirito que sempre encontramos no distinto secretario da Sociedade, o dr. José de Sousa Machado Fontes.

Indice do 1.º volume

Do intuito e natureza desta revista (A. S.)	
A situação demografica (Silva Telles)	110
A situação economica (Ezequiel de Campos)	13, 83, 146, 197, 240, 285 e 325
A situação financeira	32
Do regionalismo (João Perestrello)	37
Da opinião publica e da competência em Democracia (Antonio Sergio)	46
O problema das bibliotecas em Portugal (Raul Proença)	54 e 158
A situação politica (Reis Santos)	61 e 127
A nossa instrução primaria (A. Reis Machado)	67
Insistindo (A. S.)	81
Sobre a regulamentação do jogo (Constantino dos Santos)	107
Alexandre Herculano e o problema do Portugal moderno (Antonio Sergio)	111
O ensino superior e a industria nacional (Pedro José da Cunha)	120
O nosso ensino secundario (A. Reis Machado)	131
Em ferro frio... (A. S.)	145
O Estado contra a Nação (Jayme de Magalhães Lima)	153
A Escola portuguesa, órgão parasitario (Antonio Sergio)	169 e 210
Da necessidade de as elites fazerem uma revolução pacifica (A. S.)	193
A invasão de Portugal pelo capitalismo estrangeiro (Ezequiel de Campos)	201
O problema universitario na universidade de Lisboa (Pedro José da Cunha)	204
Dextrigrados e sinistrigrados (A. S.)	237
O ensino industrial (Antonio Arroyo)	245
Sobre as recentes reformas de instrução (Celestino da Costa)	252
O morbo gaulês (Antonio Sergio)	265
Crise politica (Ezequiel de Campos)	281
Anotações pedagogicas á reforma da instrução secundaria (Antonio Sergio)	290
Necessidade urgente de uma constituição economica (Ezequiel de Campos)	310
A função do politico e a politica nacional (Antonio Sergio)	321
Bases para uma constituição economica (Ezequiel de Campos)	337
Comentarios, 71, 137, 179, 223, 270, 316	353
Suplemento n.º I. Esboço de um programa de fomento de fronte da pag. 192.	

ERRATA

Pagina	Linha	Onde esta	Leia-se
277	6	escarolados	escaiolados
356	47	Durobs	Dicroly

PRECIO DE ESTE NUMERO

1/2 (ascientos) 243

Este libro es un tratado de la historia natural de las plantas de la América del Sur, y contiene una descripción detallada de las especies más importantes. El autor, el Sr. J. B. de la Cruz, ha recopilado una gran cantidad de datos y observaciones durante sus viajes por el continente. El libro está dividido en varias secciones, cada una dedicada a un grupo específico de plantas, como las palmeras, las cactáceas y las leguminosas. Cada descripción incluye el nombre científico de la especie, su distribución geográfica y sus usos tradicionales. Este tratado es una obra fundamental para los botánicos y los estudiosos de la flora sudamericana.

IMPRESO EN LA CIUDAD DE BUENOS AIRES EN EL AÑO 1845

PREÇO D'ESTE NUMERO

(1 1/2 fasciculos): \$15

Pela Grei não tem periodos determinados de publicação; a assinatura faz-se por séries de 6 fasciculos de 32 páginas. Cada caderno pode conter um ou mais fasciculos. Preço por série de 6 fasciculos: continente, \$60; colonias, 70; estrangeiro, 4 francos, 3 shillings.

Com o presente caderno terminam a 2.^a serie e o 1.^o volume.

Os cadernos atrasados devem ser pedidos, em Lisboa, ás tabacarias Monaco, Rocio, 21, e Barbosa, rua nova do Carmo, 67, bem como á administração; e no Pôrto, á Renascença Portuguesa, rua dos Mártires da Liberdade, 178.

Os leitores que pedirem cadernos atrasados não deverão esquecer o *suplemento n.º 1* (esboço de um programa de fomento).

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DO SALITRE, 55, 3.º, LISBOA